

ARRIGO DE ZETTIRY

Viagem às colônias italianas do Espírito Santo

Onde estão e como vivem os camponeses
italianos no Espírito Santo - 1902

Prefácio

Renzo M. Grosselli

Tradução

Nerina Bortoluzzi Herzog

Viagem às colônias
italianas do Espírito Santo

RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado do Espírito Santo

JAQUELINE MORAES

Vice-governadora do Estado do Espírito Santo

FABRICIO NORONHA

Secretário de Estado da Cultura

CILMAR CESCINETTO FRANCESCHETTO

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

LUIZ GONSAGA PIMENTEL FRAGA

Diretor Técnico Administrativo

*Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414 – CEP: 29.015.905
Centro – Vitória – ES - 27 3636-6100
www.ape.es.gov.br*



Coletção Canaã

28

ARRIGO DE ZETTIRY

Viagem às colônias italianas do Espírito Santo

Onde estão e como vivem os camponeses
italianos no Espírito Santo - 1902

Prefácio

Renzo M. Grosselli

Tradução

Nerina Bortoluzzi Herzog

Vitória, 2021

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

APEES

Conselho Editorial

*André Malverdes
Julio Bentivoglio
Michel Caldeira de Souza
Oswaldo Martins de Oliveira
Sérgio Oliveira Dias
Tiago de Matos Alves
Vitor de Angelo*

Coordenação Editorial

Cilmar Franceschetto

Projeto Gráfico

Alexandre Alves Matias

Título do original

Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile) – relazioni del Dott. Arrigo De Zettiry - Roma, 1902

Agradecimentos

Agostino Lazzaro, Fernando Pretti; IPHAN-ES, Elisa Taveira, Beto Andreão Quaggiotto, IHGES e Júlio Posenato, pelo fornecimento das cópias dos originais.

Impressão

Gráfica Espírito Santo

Esta obra foi impressa graças ao generoso apoio do Laboratório PRETTI e Laboratório BIOCLÍNICO.

Foto da capa: BR ESAPEES JM. 12.66 (JM 282), circa 1912 - Família do casal de imigrantes Alessandro Andreon e Catterina Casagrande com seus filhos em frente à sede da Fazenda Matozinho, em Monte Alverne (Castelo). A fazenda pertencia anteriormente a Maurício Vieira Machado da Cunha e depois adquirida por Gioacchino Andreon, pai de Alessandro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Medici Rocha

Z61v Zettiry, Arrigo De

Viagem às colônias italianas do Espírito Santo: onde estão e como vivem os camponeses italianos no Espírito Santo - 1902 / Arrigo De Zettiry ; tradução Nerina Bortoluzzi Herzog. – Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2021.

130 p.: il. -- (Coleção Canaã, v. 28).

ISBN 978-85-98928-29-6

1. Imigrantes – História. 2. Italianos no Espírito Santo – História.

I. Título

Nota do Editor

TEMOS A GRATA satisfação de disponibilizar ao leitor mais uma publicação da Coleção Canaã, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Desta vez, trazemos à luz a tradução do relatório do emissário do Governo italiano, Arrigo De Zettiry. Os relatórios oficiais e as narrativas de viagem realizadas por viajantes estrangeiros são importantes registros, muitas vezes únicos, para conhecermos um pouco mais da nossa história.

Ao longo do século XIX tivemos visitas de representantes de diversas nações, como: Alemanha, Estados Unidos, Suíça, França, Áustria, Itália, dentre outras. Eram cientistas, pesquisadores, escritores, pintores, fotógrafos, com diferentes objetivos, cada qual com seu ponto de vista, que nos legaram valiosos escritos e os primeiros registros em imagem do nosso Estado. Alguns desses relatórios e narrativas já foram traduzidos e integram a Coleção Canaã, disponíveis em formato digital em nosso site.

O relatório de De Zettiry foi produzido há 120 anos. Quando aqui esteve, o Espírito Santo havia recebido 35 mil colonos italianos, resultante do processo imigratório verificado no último quarto do século XIX.

Em 1895, o Governo italiano proibiu novos embarques de famílias para o Espírito Santo, com base nas denúncias dos relatos de Carlo Nagar, primeiro relatório traduzido e publicado pela Coleção Canaã. Essa proibição ocorreu duas décadas depois da chegada da

Expedição Tabacchi à província capixaba, que inaugurou a imigração em massa de italianos para o Brasil.

Já no alvorecer do século xx, a Itália envia emissários com a tarefa de visitar e conhecer a realidade dos seus emigrantes em nosso país. Arrigo De Zettiry, jornalista e pesquisador da imigração, foi o comissário responsável para visitar o Espírito Santo e Minas Gerais. Para São Paulo foi enviado o escritor e jornalista, Adolfo Rossi.

O texto referente à visita de De Zettiry ao Espírito Santo faz parte do seu relatório, que também inclui as anotações da visita que fez às colônias e fazendas no Estado de Minas Gerais, sob o título: *Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile)*, publicado pelo *Reggio Commissariato Dell'Emigrazione*, em Roma, no ano de 1902. Assim, temos disponível aqui neste livro apenas a parte referente a sua visita ao Espírito Santo.

Para melhor ilustrar o itinerário do italiano no interior do Estado, inserimos um mapa e selecionamos imagens de alguns lugares por onde ele passou ou citou. O relatório original não possui qualquer ilustração, apenas o texto e as tabelas.

Cabe-nos agradecer a todos os que colaboraram para a presente edição. Esperamos que esta publicação possa incentivar novos estudos sobre a história do Espírito Santo. Boa leitura a todos!

Cilmar Franceschetto
Diretor Geral
APEES

(Bozze di stampa riservate).

R. COMMISSARIATO DELL'EMIGRAZIONE

CONDIZIONI DEI COLONI ITALIANI

NEGLI STATI

DI SPIRITO SANTO E DI MINAS GERAES

(BRASILE)

RELAZIONI DEL DOTT. ARRIGO DE ZETTIRY



ROMA

TIPOGRAFIA NAZIONALE DI G. BERTERO E C.

VIA UMBRA

1902

SUMÁRIO

Apresentação	11
Prefácio	15
<i>Prefazione</i>	29
I. No Estado do Espírito Santo	43
II. De Vitória a Santa Maria “do Rio Doce”	51
III. Das Colônias do Rio Doce	74
IV. De Vitória a São João de Alfredo Chaves	81
V. De São João de Alfredo Chaves a Cachoeiro de Itapemirim	97
VI. De Cachoeiro de Itapemirim até o Alto Castelo	109

Apresentação

UMA PUBLICAÇÃO VALIOSA

Renato Casagrande

Governador do Espírito Santo

QUANDO A PRIMEIRA leva de imigrantes italianos desembarcou no Brasil, na década de 1870, o país vivia os estertores do regime escravocrata. A Lei Áurea, que aboliu a escravatura entre nós, ainda esperaria quase vinte anos pela sanção da princesa Isabel de Bragança. Mas a pressão pelo fim do modelo econômico, baseado na força de trabalho dos negros capturados na África, já ocupava o centro do debate político e econômico. Afinal, desde 1863, quando o presidente Abraham Lincoln decretou o fim do escravismo no território norte-americano, o Brasil era o único país das Américas a manter trabalhadores cativos.

Além dos argumentos humanitários que acompanhavam suas críticas à barbárie da escravidão, os abolicionistas brasileiros tinham razões mais pragmáticas para lutar pelo fim do regime. Vivíamos uma encruzilhada histórica. Enquanto as principais nações europeias, capitaneadas pela Inglaterra, industrializavam-se rapidamente, a cultura extrativista implantada pela Coroa portuguesa dava sinais cada vez mais claros de esgotamento. A revolução industrial em curso na Europa descortinava o futuro, e até países majoritariamente rurais, como o Brasil de então, buscavam na modernização de sua agricultura alternativas à simples exploração de matérias-primas.

A solução encontrada para atender aos proprietários de terras foi atrair famílias de lavradores europeus, empobrecidos pelas guerras. Movidos pelo sonho de uma vida melhor no novo mundo, esses imigrantes traziam na bagagem disposição para o trabalho e bom conhecimento de técnicas agrícolas. Vinham principalmente da Itália, arrasada por mais de vinte anos de lutas pela unificação. E contavam com incentivo e apoio tanto do governo italiano quanto da monarquia brasileira e do governo republicano que a sucedeu. Em 1888, quando a Lei Áurea foi promulgada, ainda havia entre nós cerca de setecentos mil africanos escravizados, para uma população de quinze milhões de brasileiros.

As primeiras famílias italianas se radicaram em solo capixaba, em fevereiro de 1874, com a Expedição Tabacchi, que inaugurou a imigração em massa de italianos para o Brasil. Mas novas levadas recrutadas, em sua maioria na região do Vêneto, logo se distribuiu, também, pelas províncias do Sul e pelo Sudeste, atraídas principalmente para as fazendas de café localizadas em São Paulo, Minas Gerais, além do Espírito Santo. E é justamente o resgate das dificuldades enfrentadas por essas famílias em terras capixabas que ocupa as páginas deste livro. Não se trata de romance histórico ou depoimento de quem sofreu na pele as agruras daquele tempo. O que temos aqui é o texto original de um relatório encomendado pela chancelaria italiana, para avaliar as condições em que viviam os compatriotas que aceitaram os incentivos governamentais à mudança de país.

Escrito em 1902 pelo jornalista Arrigo De Zettiry, na condição de membro itinerante do Comissariado de Emigração, o texto soma o

frescor da observação direta com um estilo claro e despretenso. Por isso, é obra que se lê sem esforço, como narrativa de viagem. Aqui estão os costumes mantidos pelos colonos e o descaso a que eram submetidos pelas autoridades locais, a política fundiária da ainda jovem República e a vida difícil nas lavouras de café. E aqui se encontram, também, registros e observações sobre a situação política e econômica do Espírito Santo e do Brasil, no período. De Zettiry não se omite diante da falta de médicos para as famílias dos colonos e de escolas para as crianças. Discorre sobre a alta insalubridade do vale do Rio Doce e as consequências dramáticas das sucessivas oscilações do preço do café. E traça um retrato sem retoques de um período essencial para a compreensão da história brasileira e capixaba.

Por tudo isso, a edição – ou reedição – desse trabalho de investigação, observação e análise teria importância inquestionável em qualquer tempo que viesse a público. Mas ganha significado especial no momento em que, mais do que nunca, precisamos conhecer o caminho histórico que nos trouxe até aqui, para compreender o que nos tornamos e o que ainda podemos ser como povo e como nação. A luta dos mais de sete milhões de italianos que deixaram seu país entre 1860 e 1920, para buscar uma vida melhor em terras estrangeiras, é epopeia que merece ser estudada. E parte significativa dessa história foi vivida no Espírito Santo, com influência determinante na formação da cultura capixaba. É o que salta das páginas deste livro. E é o que define o valor e a oportunidade da sua publicação.

Prefácio

ARRIGO DE ZETTIRY: UM DIVULGADOR EM FAVOR DA IMIGRAÇÃO PARA SÃO PAULO

Renzo M. Grosselli

Historiador e Sociólogo

NO DIA 21 de janeiro de 1902 o jornalista e estudioso do fenômeno da emigração italiana, o italiano Arrigo De Zettiry, chegou em solo brasileiro. Foi contratado pelo chanceler Prinetti para visitar os lugares mais significativos da imigração italiana no Brasil, nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, foi atribuída uma tarefa parecida a Adolfo Rossi, mas focada no estado de São Paulo, de longe o que mais recebeu imigrantes italianos no Brasil. Rossi era escritor e jornalista renomado que se destacou por importantes investigações sobre as condições de vida da mão de obra agrícola em algumas áreas da Itália e dos emigrantes italianos em vários países no exterior.

De Zettiry e Rossi, na qualidade de comissários itinerantes do Comissariado da Emigração¹, deveriam elaborar um relatório sobre suas inspeções. Com base nisso, posteriormente, o Ministério e

1 Sobre o Comissariado da Emigração, ver OSTUNI, M. R.: "Momentos da 'vida contrastada' do Comissariado Geral da Emigração (1901-1927)" *apud* B. Bezza (curadoria de): *Os italianos fora da Itália. Os emigrantes italianos nos movimentos operários dos países de adoção (1880-1940)*. Milão, 1983.

o Comissariado deveriam decidir a conduta a ser tomada junto às autoridades brasileiras em relação às condições de vida de centenas de milhares de camponeses italianos espalhados pelo território da nação brasileira.

Em 26 de março de 1902, poucos meses após aquela viagem, o governo italiano emitiu uma emenda que ficaria conhecida como Decreto Prinetti, em homenagem do Ministro das Relações Exteriores, Giulio Prinetti, que era também presidente da Comissão sobre a Emigração. Com este ato, o Comissariado Geral da Emigração, recém constituído por meio da lei de 31 de janeiro de 1901, proibiu o transporte de emigrantes italianos com viagens pagas para o Brasil.

Uma sentença, à sua maneira corajosa, que conseguiu diminuir significativamente os números de entradas de trabalhadores italianos vindo da península para o Brasil e, principalmente, no estado de São Paulo. Se em 1901 aqueles que saíram para os portos brasileiros foram mais de 82.000, em 1902 esse número teve uma queda drástica, para 40.000, para depois despencar para menos de 28.000, em 1903, e menos de 20.000 no ano seguinte².

Em grande parte, isso foi devido ao Decreto Prinetti, baseando-se nos relatórios escritos pelos dois comissários viajantes. Na realidade, foi o relatório de Adolfo Rossi, para o Comissariado e posteriormente para o Ministério, que aconselhou as autoridades italianas a estancar com os fluxos emigratórios subsidiados.

O pagamento da viagem dos emigrantes para o Brasil era co-

2 INSTITUTO CENTRAL DE ESTATÍSTICA (ISTAT) "Boletim mensal de estatística", janeiro de 1975, número 1, anexo II.

mun desde a época da colonização pública e do Contrato Caetano Pinto,³ de 1874. Naquela época, os recém-chegados eram levados para as colônias públicas e recebiam lotes de terra, dos quais logo se tornariam donos. Mas alguns anos depois, com a fundação em São Paulo da Sociedade Promotora da Imigração⁴, sob a presidência da província de Antônio de Queiroz Telles, Barão e depois Visconde de Parnahyba, importante plantador de café, o fluxo emigratório foi desviado em grande parte para as plantações de São Paulo. Desta forma, pagando a viagem, os donos dos cafezais, à frente da mais inovadora e ao longo do tempo poderosa burguesia brasileira, recuperaram a mão de obra necessária para trabalhar nas suas propriedades, que corriam o risco de decadência com a então inadiável libertação dos negros escravizados.

Para muitos historiadores, o Decreto Prinetti foi considerado como um ato de grande atenção do governo italiano em relação a sua massa migratória. Respondia às denúncias de quase trinta anos sobre as condições de vida das famílias camponesas italianas, não tanto nas colônias públicas, mas sim nas fazendas, principalmente de São Paulo, bem como em Minas Gerais e Espírito Santo.

Lembramos que já na época das primeiras experiências paulistas — que tentavam substituir o trabalho escravo nas grandes propriedades, no final da década de 1840 e em particular das experiências de inserção de famílias camponesas europeias nas terras de

3 GROSSELLI, R. M. *Vencer ou morrer. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.

4 GROSSELLI, R. M. *De escravos brancos a colonos: um projeto para as fazendas. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras, parte IV, São Paulo, 1875-1914*. Trento, 1991.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (senador Vergueiro) — surgiram polêmicas internacionais ferozes que acabaram em verdadeiras críticas diplomáticas, interessando a vários países europeus, a partir da publicação das memórias escritas pelo professor suíço Tomaz Davatz, que havia trabalhado naquelas fazendas junto com os colonos da sua terra⁵.

Logo depois, outras polêmicas internacionais teriam envolvido outro importante fazendeiro paulista do café, Joaquim Bonifácio do Amaral, Barão e depois Visconde de Indaiatuba, amigo do imperador Pedro II. Neste caso, foram envolvidos centenas de imigrantes de língua italiana, mas com passaporte austríaco. As diplomacias da Áustria, Alemanha, Itália e ainda outros países europeus se envolveram. Houve quem denunciasse ter sido conduzido à fazenda por engano e quem acusava o fazendeiro de ter uma conduta despótica e violenta com os seus “colonos”. Nesse caso, assim como para Vergueiro, Indaiatuba ganhou o jogo e alguns chefes de famílias do Tirol italiano, hoje Trentino, foram presos e permaneceram na cadeia por um certo período. Apesar da intervenção de Dom Pedro II, o Visconde de Indaiatuba não autorizou a liberação. O fato era que a Itália (mas neste caso, também o Tirol italiano, que fazia parte do Império Austríaco) precisava exportar sua mão de obra camponesa excedente e o Brasil, as colônias públicas, mas agora principalmente as fazendas do café, haviam se tornado importantes receptores.

Embora não se possa afirmar que as condições de vida dos imi-

5 DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: USP, 1980.

grantes italianos nas fazendas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, fossem no geral péssimas, senão trágicas, pode-se dizer que a exploração da mão de obra europeia nas mesmas continuou a ser pesada também nas décadas seguintes. E a diplomacia italiana tentou estabelecer com o governo brasileiro, sem ter muito êxito, condições de trabalho e remuneração melhores. O Decreto Prinetti entrava nessa discussão, quase como um ato, senão final, pelo menos decisivo.

Após um longo período de denúncias sobre a qualidade de vida nas plantações brasileiras e o tratamento no limite do humano, que uma parte dos fazendeiros dedicava à sua mão de obra, foi dado conhecimento na Itália, também pelos efeitos que teve na imprensa, de alguns fatos sangrentos que envolveram trabalhadores nacionais em São Paulo. Logo no início do século XX, causou grande agitação o linchamento do fazendeiro Francisco Augusto Almeida Prado, esquartejado pelos seus colonos e ainda mais o assassinato do cafeicultor Diogo Sales, irmão do Presidente da República Manuel Ferraz de Campos Sales, morto a tiros por um camponês vêneta, cujas jovens irmãs o fazendeiro dispensava atenções absolutamente indesejadas⁶.

Com um olhar menos superficial, porém, observou-se que o Decreto Prinetti teve sua aprovação num momento em que “um amplo e alternativo mercado para nossa mão de obra transatlântica estava

6 TRENTO, A. *Lá onde está a colheita do café. A emigração italiana no Brasil, 1875-1940*. Pádua, 1984, p. 173-174.

se dirigindo autonomamente para os Estados Unidos”⁷. Portanto, o Brasil não era mais tão indispensável para a Itália. O Decreto Prinetti colocou limites precisos num certo número de companhias marítimas que possuíam uma rede de agentes espalhados por todo o território italiano, que proporcionavam aos emigrantes viagens gratuitas para o Brasil, obtendo naturalmente o reembolso das despesas das mesmas pelas autoridades americanas.

Foi nessa altura que Arrigo de Zettiry iniciou sua viagem rumo ao Rio de Janeiro e, finalmente, transferindo-se para o Espírito Santo, o qual foi percorrido em poucos dias, ocupando-se em visitas a territórios colonizados por famílias camponesas italianas (e mais tarde também no sul de Minas Gerais). É o relatório dessa viagem ao Estado capixaba, encaminhado ao Comissariado da Emigração e o Ministro Prinetti, que o leitor encontrará nestas páginas, na tradução e edição proposta pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Sobre De Zettiry não sabemos muita coisa. Era um jornalista e conhecedor, a sua maneira, estudioso do fenômeno migratório italiano, principalmente, para Argentina e Brasil⁸. Trabalhou como jornalista para a *Prensa* de Buenos Aires e se mudou para o Brasil, onde havia sido convidado pelo diretor do *Jornal do Comércio* para fazer uma investigação sobre as condições de vida dos italianos que trabalhavam nas plantações de café.

7 SORI, E. *A emigração italiana da Unidade até a segunda Guerra Mundial*. Bolonha, 1979, p. 302.

8 Foi autor de algumas publicações, entre as quais: DE ZETTIRY, A. Imigração italiana no Estado de São Paulo, em *O Brasil*, VI, 2, 1892; Os colonos italianos no Estado de São Paulo, em *Revisão Nacional*, ano XV, 1893; *O Brasil e o Segundo Congresso Geográfico Italiano*, Roma, 1895; *Manual do emigrante italiano para Argentina*, publicado pelo Comissariado da Emigração, Roma, 1913 e, *O estado do Rio de Janeiro. Manual do Imigrante*. Rio de Janeiro, 1897.

Em 1891, ele visitou 65 fazendas e dois estabelecimentos coloniais, em dois meses. Um trabalho mais para “estabelecer contatos” que de estudo aprofundado, o qual foi amplamente divulgado (e esse era o principal objetivo) na imprensa italiana. Não vamos dizer que os seus escritos estavam perfeitamente alinhados ou coincidiavam com a visão das autoridades paulistas. De Zettiry sabia anotar as características negativas relacionadas aos acontecimentos da imigração italiana em São Paulo, criticava as autoridades locais, e aconselhava. Apesar disso, demonstrou saber pouco sobre seus concidadãos dedicados à agricultura, de sentir-se espiritualmente longe deles, dando juízo substancialmente favorável à política paulista no campo da imigração e favorável à continuação de um fluxo imigratório que muitos na Itália queriam limitar⁹.

Tratava-se, talvez, de um estudioso, ou presumido estudioso, contratado a serviço das autoridades brasileiras, em particular paulistas? que tinham visto na imigração italiana um dos motivos, não o único, para seu sucesso e superação, sem muitos dramas do sistema escravagista? Não podemos nos deixar levar até este ponto.

Trabalhando no Arquivo Público do Estado de São Paulo encontramos um documento que foi dado entrada na Secretaria da Agricultura, a qual estavam subordinados os assuntos relacionados à imigração que vinha diretamente de Gênova e que entre outros afirmava:

Recebi do secretário da nossa Embaixada junto ao governo italiano uma carta na qual, destacando os méritos do professor De Zettiry e

9 GROSSELLI, R. M. De escravos brancos a colonos: um projeto para as fazendas. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras parte IV, São Paulo, 1875- 1914. Trento, 1991.

a importância do seu trabalho de divulgação em favor da imigração do Estado de São Paulo, comunica que tem quase pronto um escrito extenso sobre o mesmo tema. Para a sua publicação, me pediu, aproximadamente, 500 libras e uma remuneração, *pro labore*, a critério do Governo Paulista. O mesmo professor propõe ainda acrescentar às 300 páginas do seu trabalho alguns capítulos relativos à história do Estado e da situação atual... Tenho a informar que o professor Zettiry é o correspondente do *Jornal do Comércio* em que já publicou, traduzidas, algumas páginas do futuro livro. É autor do panfleto “Os colonos italianos no Estado de São Paulo” e que, finalmente, foi a pessoa que defendeu com sucesso o Brasil das acusações impetuosas do advogado Scalabrini, claramente *partigliano* da República Argentina, no último Congresso Geográfico de Roma¹⁰.

Outros dois documentos guardados no mesmo Arquivo afirmam que, em 1895 ou 1896, Arrigo De Zettiry tinha recebido 150 libras pela Secretária da Agricultura Paulista para a compra dos seus não bem definidos “panfletos”¹¹.

Não era a primeira vez que a administração paulista fazia uso de jornalistas e especialistas para fazer propaganda das suas plantações de café, e atrair assim o número de imigrantes suficiente para o seu funcionamento, ao mesmo tempo que, defendia-se dos concorrentes argentinos que, por sua vez, usavam as mesmas armas, pelas mesmas razões.

10 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura. Caixa 4.176. Registro em: 22 out. 1895.

11 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura. Caixa 4.205. Registro em: 20 jan. 1896.

Por meio das nossas pesquisas, conseguimos demonstrar, por exemplo, que o sueco Theodor Tufvesson, nos anos 1880 e o jornalista dinamarquês Bertet Fuglsang,¹² em 1908, realizaram serviços às autoridades paulistas. Como também o mais famoso estudioso italiano, Bortolo Belli¹³ e, até um erudito na área dos estudos sobre emigração italiana para América Latina, como foi Vincenzo Grossi¹⁴. Deste, no entanto, não temos provas que certifiquem algum pagamento por parte do governo paulista a seu favor, mas sim, no entanto, que a sua atividade de pesquisador era atentamente seguida por aquelas autoridades. Algumas das suas considerações relativas aos fluxos migratórios italianos para São Paulo eram, por vezes, questionáveis como, por exemplo, os seus pedidos de cancelamento do Decreto Prinetti e contra os relatórios que lhe deram base¹⁵. E

12 GROSSELLI, R. M. *De escravos brancos a colonos: um projeto para as fazendas. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras parte IV, São Paulo, 1875- 1914*. Trento, 1991.

13 Nas páginas 128/130. Belli, que desde 1883 residiu, por um certo período, na cidade de São Paulo, mais vezes se comunicou com as autoridades públicas pedindo, e às vezes obtendo, a compra de um certo número de cópias dos seus ensaios, e até, em várias ocasiões, de alguns selos para fechar os envelopes postais de sua produção. Escrevendo aos seus interlocutores frases como a seguinte: "Obtendo o reembolso acima citado me comprometo, desde já, sem pedir, sob qualquer pretexto, nenhuma outra remuneração de fazer dos resultados de meu novo trabalho tudo que possa se demonstrar útil para que o Estado de São Paulo seja mais conhecido na Mostra Internacional de Milão". No ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Agricultura, *Caixa 4.628*, registro em 18 mar. 1905. B. Belli era autor do volume *O café*. O seu país e a sua importância (São Paulo do Brasil), Milão 1910, mas também *Memória sobre a condição dos colonos italianos na Província de São Paulo (Brasil)*, São Paulo, 1888 e *A emigração italiana no Estado de São Paulo (Brasil) em A Exploração Comercial e o Explorador*, 7-8, ano XXIII, 1908.

14 Nas páginas 130-132. Vincenzo Grossi foi autor de ensaios e volumes muitos divulgados na Itália, estudioso de grande nível. Entre as suas obras lembramos *Da emigração italiana no Brasil*, Turim 1894; *A política da emigração na Itália nos últimos trinta anos 1868-1898*, Roma 1899; *História da colonização europeia no Brasil e da emigração italiana no Estado de São Paulo*. 11 ed. Milão 1914; *A crise do café e os projetos para fixar o câmbio no Brasil*, Roma, 1906.

15 GROSSELLI, R. M. *De escravos brancos a colonos: um projeto para as fazendas. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras parte IV, São Paulo, 1875- 1914*. Trento, 1991.p. 131.

entre estes, o relatório de Alfonso Rossi que, com Arrigo De Zettiry, veio para o Brasil em 1902. Posteriormente, também autores de menor relevância, como Enrico Somigli e Giovanni Battista Cecchi, se dirigiram às autoridades paulistas para divulgar suas próprias obras e de alguma forma obter retorno financeiro¹⁶.

Era certo que os administradores brasileiros sabiam jogar as próprias cartas e entre eles os que dirigiam a vida política, como também econômica do Estado de São Paulo. Martinho Prado, por exemplo, conhecido Martinico, que assim contava de ter ouvido da boca de um alto funcionário italiano:

Não me fale de jornais, das opiniões desta imprensa sobre a imigração: a experiência sempre me demonstrou que, quando são favoráveis o fazem porque estão sendo pagos para isso, já quando a hostilizam, o fazem por falta de subsídios, ou propositalmente para obtê-los¹⁷.

Hoje, o leitor de língua portuguesa tem a sua disposição o relatório de Arrigo De Zettiry, encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores da Itália e ao Comissariado Geral da Emigração.

Escrito após uma viagem de mais ou menos 20 dias, saindo de Vitória (cidade que não agradou ao visitante italiano) e passando por áreas com forte presença italiana: das ex-colônias de São Leopoldina e de Rio Novo, ao ex-núcleo colonial de Castelo, para as terras que, de Santa Teresa, chegavam até Colatina e depois ao

16 Na página 132.

17 Relatório Sociedade Promotora de Imigração cit. in GROSSELLI, R. M. *De escravos brancos a colonos: um projeto para as fazendas. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras parte IV, São Paulo, 1875-1914*. Trento, 1991.

Rio Doce. Em seguida, a região Sul, principalmente Cachoeiro de Itapemirim e arredores, com suas fazendas de café, nas quais, de acordo com De Zettiry, muitas terras ainda eram trabalhadas em regime de parceria por famílias de camponeses, italianos ou não, principalmente vênetas, mas não somente.

Uma narrativa interessante e bem escrita, num Espírito Santo que sofria como o resto do Brasil pela grave crise do mercado internacional do café em que se passou em pouco tempo dos 21 ou até 23 mil reis por arroba pelas frutas da rubiácea a 1 mil reis, máximo 1,5, daquele janeiro de 1902. Um desespero para os produtores, tanto para os pequenos agricultores que viviam nos territórios das ex-colônias, ou que trabalhavam as próprias propriedades, quanto para os seus irmãos que foram para o Sul do Estado e trabalhavam sob o domínio dos patrões.

Havia cerca de 20 mil italianos naquela época no Espírito Santo (aos quais se devem acrescentar milhares de filhos e netos de tiroleses italianos, hoje trentinos) de acordo com as fontes de De Zettiry que, quase todos ou a grande maioria, eram obrigados a enfrentar a variação do preço café e, portanto, sofrendo num país em que, muitas vezes, as ruas eram intransitáveis e não haviam médicos e padres. E as escolas, que surgiram nas primeiras décadas após a chegada no Brasil, já estavam fechadas, quase todas, porque o Estado estava quebrado e o setor privado não tinha dinheiro para investir em educação.

Ao longo do relatório, o autor cita comerciantes, profissionais, como também simples colonos que conseguiram fazer fortunas com o seu trabalho e das suas famílias.

Visita terras em que a anemia, devido à ancilostomose, era generalizada; onde o clima era favorável, como em Santa Teresa (aqui De Zettiry encontrou aquele que provavelmente foi o pai de Augusto Ruschi, o grande naturalista e especialista em beija-flores, orquídeas e outros, e que foi tema de uma nota de 500 cruzados, no final de 1900) ou, a seu ver, pestilento, como nos territórios nas proximidades do Rio Doce e, portanto, estavam na zona tropical que, contudo, nas décadas seguintes, foram ocupados por milhares de camponeses e trabalhadores italianos, dentre outros. Por fim, visita as terras das fazendas em que os donos enfrentavam dificuldades devido à renda insuficiente, dos poucos recursos obtidos com a venda do café. Mas, seus meeiros, certamente, estavam em pior situação.

Um conto rápido, estimulante e pitoresco que, com certeza, dá a ideia geral de como um imigrante italiano vivia na época no Espírito Santo, ou o filho e o neto do imigrante italiano que, muitas vezes, ainda falavam o mesmo dialeto praticado pelos primeiros que chegaram e que, em alguns casos, teriam continuado assim por muitas décadas.

A narração demonstrou a simpatia de De Zettiry pelo histórico processo de colonização daquelas terras, realizado primeiro pelo governo imperial, depois pelos governos provinciais e estaduais. Segundo ele, um processo que dificilmente seria retomado, pelo menos enquanto o preço do café se mantivesse em níveis tão baixos.

Então, os conselhos do especialista e jornalista aos imigrantes italianos eram, em primeiro lugar, não irem para as terras do Rio Doce, onde o clima não era saudável e teria colocado à dura prova a resistência de quem tivesse que viver lá, chegando da Europa.

De Zettiry afirmava que não havia mais colônias naquela época no Espírito Santo, portanto, havia a possibilidade para os imigrantes de encontrar trabalho nas fazendas, mas apenas porque, cultivando algum produto comestível, no entanto, se podia sobreviver. Mas como guardar algum dinheiro para depois comprar um pedaço de terra (este era o projeto da maioria dos camponeses italianos que lá estavam) se o café cultivado para si ou para o fazendeiro valia tão pouco? O jornalista exortou “Não, não venham para o Espírito Santo para produzir café”. Mas ao mesmo tempo o “rápido” viajante (a sua visita durou apenas três semanas) não tinha vontade de criticar os donos das plantações que empregavam muitos italianos. Ele escrevia: “Não podemos dizer que maltratam ou exploram” nossos italianos.

As observações de Arrigo De Zettiry eram verdadeiras? Pelo menos os seus leves julgamentos? Não sabemos dizer, mesmo que dessem a ideia de uma realidade dos imigrantes que enfrentavam dificuldades numa época histórica em que a situação econômica era uma das mais difíceis. No entanto, havia comerciante, agiota, artesão ou outro que ainda soubesse como obter satisfação com o próprio trabalho e quem, aqui e ali, ao longo das décadas, já tinha feito fortuna e tinha até inventado algo. Como aqueles camponeses tirolezes italianos de Santa Teresa que estavam produzindo uma espécie de vinho licoroso, quase um Marsala, escrevia De Zettiry.

Será que o relatório que Arrigo De Zettiry propôs aos seus superiores, após aquela viagem, contribuiu para dar base ao Decreto Prinetti? Não sabemos dizer, mas pensamos (e não estamos sozinho) que as considerações do outro comissário viajante, Adolfo

Rossi, pesaram mais para o Comissariado da Emigração e para o Ministro Prinetti. Seja porque o Estado de São Paulo agora recebia a parte dominante dos imigrantes italianos que escolhiam como destino o Brasil e principalmente porque as considerações propostas por Rossi eram definitivamente negativas: precisava parar ou limitar a imigração italiana para aquelas terras.

Gianpaolo Romanato, no seu livro “A Itália da vergonha” argumentou que o Decreto Prinetti foi mesmo aprovado com base nas considerações “contundentes” de Rossi, homem de grande consistência cultural e profissional que, não à toa, encerraria sua carreira na administração estatal, como diplomata. Ele que começou como emigrante nos Estados Unidos da América¹⁸. E no contexto historiográfico, até agora, não consta que alguém tenha se lembrado daquele relato de Arrigo De Zettiry como “fonte” que deu base ao decreto italiano, que logo reduziu pela metade as saídas de famílias de agricultores em direção a São Paulo.

18 ROMANATO, G. *A Itália da vergonha nas crônicas de Adolfo Rossi 1857-1921*, Ravenna, 2010. Encerramos, contudo, lembrando que as opiniões de Rossi não foram bem vistas por outros estudiosos italianos, entre os quais Vincenzo Grossi que, na ocasião, usara tons nacionalistas para defender a causa do cancelamento dos efeitos do Decreto Prinetti que, de acordo com ele, impedia as relações comerciais entre o Brasil e a Itália e não deixava carta branca para a saída do país das massas de desempregados porque, para ele, os fluxos migratórios deviam ser usados pelo Estado (não tanto protegidas ou direcionadas para melhores destinos): “Utilizá-los para elevar nosso prestígio moral e, acima de tudo, para conquistar naquele rico mercado uma posição comercial e financeira melhor que a atual e mais proporcional aos enormes sacrifícios que custa ao país o êxodo de muitos de seus filhos”. GROSSI, V. In: *Il Messaggero* ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura. Caixa 7.221. Registro em: 19 jun. 1906.

Prefazione

ARRIGO DE ZETTIRY: UN DIVULGATORE A FAVORE DELL'EMIGRAZIONE VERSO SAN PAOLO

Renzo M. Grosselli
Storico e Sociologo

IL 21 GENNAIO del 1902 il giornalista e studioso dell'emigrazione, l'italiano Arrigo De Zettiry, sbarcò sul suolo brasiliano. Aveva avuto l'incarico dal ministro degli Esteri Prinetti di visitare i luoghi più significativi dell'immigrazione nazionale in Brasile. Negli Stati di Espirito Santo e Minas Gerais. Nello stesso tempo, incarico simile, però mirato sullo Stato di San Paolo, di gran lunga il maggiore ricettore di immigrati italiani in Brasile, era stato assegnato ad Adolfo Rossi, scrittore e giornalista famoso che si era distinto per importanti indagini sulle condizioni di vita della manodopera agricola in alcune zone dell'Italia e degli emigranti italiani in vari paesi d'oltreoceano. De Zettiry e Rossi in qualità di Commissari viaggianti del Commissariato sull'Emigrazione¹⁹, avrebbero dovuto in seguito redigere un rendiconto delle loro ispezioni, sulla base delle quali Ministero e Commissariato avrebbero poi deciso la condotta da tenere nei confronti delle autorità brasiliane in relazione alle condizioni di vita di centinaia di migliaia di contadini italiani sparsi sul territorio della nazione americana.

19 Sul Commissariato Generale dell'emigrazione si veda M. R. Ostuni: *apud* B. Bezza (a cura di): *Gli italiani fuori d'Italia. Gli emigranti italiani nei movimenti operai dei paesi d'adozione (1880-1940)*, Milano, 1983

Il 26 marzo del 1902, pochi mesi dopo quella trasferta, il governo italiano emetteva una ordinanza che sarebbe stata conosciuta come Decreto Prinetti, dal nome del Ministro degli Esteri Giulio Prinetti che era anche presidente della Commissione sull'Emigrazione. Con quell'atto il Commissariato Generale dell'Emigrazione, appena costituito con legge del 31 gennaio 1901, vietava il trasporto di emigranti italiani con viaggio pagato verso il Brasile.

Una norma a suo modo coraggiosa che riuscì a far flettere notevolmente i numeri di entrata di lavoratori italiani provenienti dalla Penisola in Brasile. E soprattutto nello Stato di San Paolo. Se nel 1901 quelli partiti per i porti brasiliani erano stati più di 82.000, nel 1902 il loro numero calò drasticamente a 40.000 per poi piombare a meno di 28.000 nel 1903 e meno di 20.000 l'anno successivo.²⁰ In gran parte ciò fu dovuto al Decreto Prinetti. Ed alla base di questo ci furono le relazioni scritte dei due commissari viaggianti. In realtà fu il rapporto di Adolfo Rossi al Commissariato e quindi al Ministero a consigliare le autorità italiane a mettere un freno ai flussi migratori sovvenzionati.

Il pagamento del viaggio agli emigranti in Brasile era in uso già dall'epoca della colonizzazione pubblica e del Contratto Caetano Pinto²¹ del 1874. I nuovi arrivati erano condotti al tempo nelle colonie pubbliche ed erano loro forniti dei lotti di terra di cui a breve sarebbero divenuti proprietari. Ma qualche anno dopo, con la fondazione a S. Paolo della Società Promotrice dell'Immigrazione²², sotto la presidenza della Provincia di Antônio de

20 ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA (ISTAT), *Bollettino mensile di statistica*. Gennaio, numero 1, Appendice II, 1975.

21 GROSSELLI, R. M. Grosselli. *Vencer ou morrer. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.

22 GROSSELLI, R. M. *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini*

Queiroz Telles, barone e poi visconte di Parnahyba, importante piantatore di caffè, il flusso emigratorio venne deviato in gran parte verso le piantagioni di S. Paolo. In questo modo, pagando loro il viaggio, i latifondisti del caffè, il fronte più innovatore e col tempo poderoso della borghesia brasiliana, recuperavano quella manodopera necessaria a lavorare le loro proprietà che rischiavano di andare in decadenza con la ormai improcrastinabile liberazione degli schiavi negri.

Da molti storici il Decreto Prinetti è stato segnalato quale atto di grande attenzione dei governi italiani nei confronti delle sue masse migranti. Rispondeva alle denunce ormai quasi trentennali sulle condizioni di vita delle famiglie contadine italiane, non tanto nelle colonie pubbliche ma nelle fazendas, specialmente di San Paolo ma anche di Minas Gerais ed Espirito Santo. Ricordiamo che già all'epoca dei primi esperimenti paulisti che tendevano alla sostituzione della mano d'opera schiava nelle grandi proprietà, alla fine degli anni '40 dell'Ottocento, e in particolare degli esperimenti di inserimento di famiglie contadine europee nelle terre di Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Senador Vergueiro) erano nate feroci polemiche internazionali. Che sfociarono in vere e proprie diatribe diplomatiche, interessando vari paesi europei, a partire dalla pubblicazione delle memorie scritte del maestro svizzero Tommaso Davatz che in quelle fazendas aveva lavorato insieme a coloni della sua terra.²³ Di lì a poco altre polemiche internazionali avrebbero coinvolto un altro importante fazendeiro paulista del caffè, Joaquim Bonifacio do Amaral, barone e poi visconte di Indaiatuba, amico dell'imperatore Pedro II. In questo caso erano state coinvolte centinaia di im-

(veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV, S. Paulo, 1875-1914. Trento, 1991.

23 DAVATZ, T. T. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). São Paulo: USP, 1980.

migrati di lingua italiana ma di passaporto austriaco. Ne furono interessate le diplomazie di Austria, Germania, Italia e altre nazioni europee ancora. C'era chi denunciava di essere stato condotto in fazenda con l'inganno e chi accusava il fazendeiro di condotta dispotica e violenta verso i suoi "coloni". Anche in quel caso, come per Vergueiro, l'Indaiatuba ebbe comunque partita vinta e alcuni capifamiglia del Tirolo Italiano, oggi Trentino, vennero incarcerati e rimasero in galera per un certo periodo. Nonostante il benevolo interessamento di Don Pedro II il visconte di Indaiatuba non li fece liberare. Il fatto era che l'Italia (ma in quel caso anche il Tirolo Italiano che faceva parte dell'Impero asburgico) aveva bisogno di esportare la sua manodopera contadina in eccesso e il Brasile, le colonie pubbliche ma ormai soprattutto le fazendas del caffè, ne erano diventate ricettacoli importanti.

Pur non potendosi affermare che le condizioni di vita degli immigrati italiani nelle fazendas di Rio de Janeiro, Espirito Santo, Minas Gerais e San Paolo fossero generalmente pessime quando non tragiche, si può dire che lo sfruttamento della manodopera europea nelle stesse continuò ad essere pesante anche durante i decenni successivi. E la diplomazia italiana cercò di contrattare, senza troppo successo, con il governo di Rio, condizioni di lavoro e di remunerazione migliori. Il Decreto Prinetti si inseriva in questa diatriba, quasi come un atto se non finale, almeno determinante. Dopo un lungo periodo di denunce circa la qualità di vita nelle piantagioni brasiliane e il trattamento al limite del senso di umanità che una parte del latifondismo dedicava alla sua manodopera, venne emanato in Italia anche per l'eco che ebbero sulla stampa alcuni fatti di sangue che avevano coinvolto dei lavoratori nazionali a S. Paolo. Grande scalpore fecero, proprio ad inizio Novecento, il linciaggio del proprietario terriero Francisco Augusto Almeida

*Prada, fatto a pezzi dai suoi coloni e, ancora di più, l'assassinio del caffècoltore Diogo Sales, fratello del presidente della Repubblica Manuel Ferraz de Campos Sales, freddato da un colpo di pistola di un contadino veneto alle cui giovanissime sorelle il latifondista dispensava attenzioni assolutamente non gradite.*²⁴

Con occhio meno superficiale però, è stato osservato che il Decreto Prinetti trovava la sua approvazione in un momento in cui <un ampio e alternativo mercato di sbocco per la nostra manodopera transatlantica, si era autonomamente affermato negli Stati Uniti>.²⁵ Il Brasile, quindi, non era più così indispensabile per l'Italia. Il Decreto Prinetti poneva limiti precisi ad un certo numero di compagnie di navigazione che disponevano di una rete di agenti sparsi sul territorio nazionale, che fornivano agli emigranti il viaggio gratuito verso il Brasile ottenendo naturalmente il rimborso del costo dello stesso da parte delle autorità americane. Fu in questo frangente, quindi, che Arrigo de Zettiry intraprese il suo viaggio verso Rio. Infine il trasferimento in Espirito Santo percorso in una manciata di giorni, occupato dalla visita a territori colonizzati da famiglie contadine italiane in Espirito Santo (poi anche nel sud di Minas Gerais). Il suo rapporto al Commissariato dell'Emigrazione e al Ministro Prinetti è quello che il lettore troverà in queste pagine, nella traduzione ed edizione proposta dall'Archivio di Stato di Espirito Santo.

Di De Zettiry non sappiamo molto. Era un giornalista e conoscitore, a suo modo studioso, del fenomeno migratorio italiano, specialmente diretto

24 TRENTO, A. *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile, 1875–1940*. Padova, 1984, p. 173-174.

25 SORI, E. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bologna 1979, p. 302.

verso l'Argentina e il Brasile.²⁶ Aveva lavorato come giornalista alla <Prensa> di Buenos Aires e quindi si era trasferito in Brasile. Dove era stato invitato dal direttore del <Jornal do Commercio> a portare avanti un'indagine sulle condizioni di vita degli italiani che lavoravano nelle piantagioni di caffè. Era il 1891 e il giornalista in due mesi visitò 65 fazendas e 2 stabilimenti coloniali. Un lavoro più "di presa di contatto" che di studio approfondito. Che venne ampiamente divulgato comunque (e questo era lo scopo principale) sulla stampa italiana. <Non staremo a dire che i suoi scritti fossero perfettamente in linea o sovrapponibili alla visione delle autorità pauliste. Il De Zettiry sapeva annotare caratteristiche negative relative alle vicende dell'immigrazione italiana a S. Paolo, criticava qui e là le locali autorità, consigliava. Il tutto dimostrando comunque di conoscere poco i suoi concittadini dediti all'agricoltura, di sentirsene spiritualmente lontano. E dando giudizi sostanzialmente favorevoli alla politica paulista nel campo dell'immigrazione e favorevoli alla continuazione di un flusso immigratorio che molti in Italia avrebbero voluto azzerare>.²⁷

Si trattava forse di uno studioso, o presunto tale, prezzolato e al servizio delle autorità brasiliane, specie pauliste? Che avevano visto nell'emigrazione italiana una delle ragioni, non la sola, del loro successo e del superamento senza particolari drammi del sistema schiavistico? Non possiamo spingerci fino a questo punto. Lavorando presso l'Archivio di Stato di San Paolo abbia-

26 Fu autore tra l'altro di alcune pubblicazioni. Tra queste: DE ZETTIRY, A. *Immigrazione italiana nello Stato di S. Paolo in Il Brasile*, vi, 2, 1892; *I coloni italiani nello Stato di S. Paolo in La Rassegna Nazionale*, anno xv, 1893; *Il Brasile e il Secondo Congresso Geografico Italiano*, Roma 1895; *Immigrazione italiana nello Stato di S. Paolo in Il Brasile*, 2, 1892; *Manuale dell'emigrante italiano all'Argentina*, edito dal regio Commissariato dell'Emigrazione, Roma 1913 e, infine, *O estado de Rio de Janeiro. Manual do Imigrante*, Rio de Janeiro, 1897.

27 GROSSELLI, R. M. *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV, S. Paulo, 1875-1914*. Trento, 1991. p. 128.

mo però trovato un documento che, in entrata alla Segreteria dell'Agricoltura da cui dipendevano anche gli assunti relativi all'immigrazione, proveniente direttamente da Genova, tra l'altro asseriva: <Ho ricevuto dal segretario della nostra Legazione presso il governo italiano una lettera nella quale, sottolineando i meriti del professor De Zettiry e l'importanza del suo lavoro di propaganda a favore dell'immigrazione nello Stato di S. Paolo, comunica che questi ha quasi pronto un esteso scritto sullo stesso argomento. Per la sua pubblicazione mi chiede 500 lire circa e un compenso, pro labore, a discrezione del Governo Paulista. Si propone anche, lo stesso professore, di aggiungere alle 300 pagine del suo lavoro alcuni capitoli concernenti la storia dello Stato e la sua situazione attuale... Debbo informare che il professor De Zettiry è il corrispondente del Jornal do Commercio sul quale ha già pubblicato, tradotte, alcune pagine del suo futuro libro, è l'autore dell'opuscolo " I coloni italiani nello Stato di S. Paolo" e che, finalmente, è stato colui che ha difeso con successo il Brasile dalle veementi accuse dell'avvocato Scalabrini, chiaramente partigiano della Repubblica Argentina, all'ultimo Congresso Geografico di Roma>.²⁸ Altri due documenti conservati nello stesso Archivio, asseriscono che nel 1895 o 1896 Arrigo De Zettiry aveva ricevuto 150 lire dalla Segreteria dell'Agricoltura paolista per l'acquisto di suoi non meglio definiti "opuscoli".²⁹

Non era la prima volta che l'amministrazione paolista si avvaleva di giornalisti e studiosi per fare pubblicità alle sue piantagioni di caffè, ed attirare così il numero di immigrati sufficienti al loro funzionamento. Difendendosi peraltro dalle mosse dei concorrenti argentini che a loro volta usavano le stesse armi per le medesime ragioni. Nelle nostre indagini abbia-

28 ARCHIVIO DI STATO DI SÃO PAULO. Secretaria di Agricoltura. Caixa 4.176. Registro em: 22 out. 1895..

29 ARCHIVIO DI STATO DI SÃO PAULO. Secretaria di Agricoltura. Caixa 4.205. Registro em: 20 jan. 1896

mo potuto dimostrare che “servigi” alle autorità paoliste li avevano resi ad esempio lo svedese Theodor Tufvesson negli anni '80 o il giornalista danese Bertet Fuglsang³⁰ nel 1908. Ma anche il più famoso studioso italiano Bortolo Belli³¹ e, addirittura, un luminare nel campo degli studi sulla emigrazione italiana verso l'America Latina come lo fu Vincenzo Grossi.³² Di cui però non disponiamo di prove che dimostrino il pagamento di somme a suo favore da parte del governo paulista ma sì, invece, che la sua attività di studioso era attentamente seguita da quelle autorità. Mentre certe sue considerazioni relative ai flussi migratori italiani verso S. Paolo erano talvolta discutibili. Come ad esempio le sue richieste di cancellazione del Decreto Prinetti e contro i rapporti che ne stavano alla base.³³ E tra questi la relazione di Alfonso Rossi che con Arrigo De Zettiry si era recato in Brasile nel 1902. In seguito anche autori di minor spessore, come Enrico Somigli e Giovanni Battista Cecchi, si rivolsero alle autorità pauliste per vedere divulgata la loro opera

30 GROSSELLI, R. M. *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV, S. Paulo, 1875-1914.* Trento, 1991. p. 124 e 133.

31 Ivi pp. 128/130. Il Belli, che dal 1883 aveva risieduto per un certo periodo nella città di S. Paolo, più volte si era comunicato con le autorità pubbliche chiedendo, ed a volte ottenendo, l'acquisto di un certo numero di copie dei suoi saggi, ma addirittura, ed a più riprese, di certi francobolli per sigillare le buste postali di sua produzione. Scrivendo ai suoi interlocutori frasi come la seguente: "Ottenendo il rimborso sopra menzionato mi comprometto, da subito, senza chiedere, sotto alcun pretesto, nessun'altra remunerazione fare dei risultati del mio nuovo lavoro tutto quanto potrà dimostrarsi utile al fine che lo Stato di S. Paolo possa essere più conosciuto all'Esposizione Internazionale di Milano". In ARCHIVIO DI STATO DI S. PAOLO, Cassa 4. 628, documento di data 18 mar. 1905. B. Belli era tra l'altro l'autore del volume *Il caffè. Il suo paese e la sua importanza (S. Paulo del Brasile)*, Milano, 1910, ma anche *Memoria sulla condizione dei coloni italiani nella Provincia di S. Paolo (Brasile)*, S. Paolo 1888 e *L'emigrazione italiana nello Stato di S. Paolo (Brasile)* in *L'Esplorazione Commerciale e l'Esploratore*, 7-8, anno XXIII, 1908.

32 Ivi pp. 130/132. Vincenzo Grossi fu autore di saggi e volumi molto divulgati in Italia, studioso di grande livello. Tra le sue opere ricordiamo *Della emigrazione italiana in Brasile*. Torino, 1894; *La politica dell'emigrazione in Italia nell'ultimo trentennio 1868-1898*. Roma, 1899; *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo*. II Ed. Milano, 1914; *la crisi del caffè e i progetti per la fissazione del cambio al Brasile*. Roma, 1906.

33 R. M. Grosselli: *Da schiavi bianchi op. cit.* p. 131.

e comunque incassare dei proventi.³⁴ Sapevano certo giocare le loro carte gli amministratori brasiliani e tra questi coloro che dirigevano la vita politica, ma anche economica, dello Stato di S. Paolo. Martinho Prado, ad esempio, detto Martinico. Che così narrava di aver sentito dalla bocca di un alto funzionario italiano: <Non mi parli di giornali, delle opinioni di questa stampa sull'emigrazione: l'esperienza mi ha sempre provato che, quando sono favorevoli lo fanno in quanto sovvenzionati per questo, quando la ostilizzano lo fanno a causa di mancanza di sovvenzioni, o apposta per ottenerle>.³⁵

Oggi il lettore di lingua portoghese ha sotto i suoi occhi la relazione di Arrigo De Zettiry al ministero degli Esteri Italiano e al Commissariato Generale dell'Emigrazione che ne era una promanazione. Scritta dopo un viaggio di poco più di venti giorni, partendo da Vitoria (città che non piacque al viaggiatore italiano) e coprendo aree a forte presenza italiana: dalle ex Colonie S. Leopoldina e Rio Novo, all'ex nucleo coloniale di Castello, alle terre che da Santa Teresa si spingevano verso Colatina e poi il Rio Doce. Quindi le zone del sud, Cachoeiro de Itapemirim e dintorni soprattutto, con le loro fazendas del caffè. In cui, a detta di De Zettiry molte terre erano ancora assegnate "in mezzadria" a famiglie contadine, italiane e non. Soprattutto venete le prime, ma non solo. Una narrazione interessante e ben scritta. In un Espírito Santo che soffriva come il resto del Brasile caffèicolo della devastante crisi del mercato internazionale del caffè. In cui si era passati nel volgere di poco tempo dai 21 o anche

34 Ivi pp. 130/132. Vincenzo Grossi fu autore di saggi e volumi molto divulgati in Italia, studioso di grande livello. Tra le sue opere ricordiamo *Della emigrazione italiana in Brasile*. Torino, 1894; *La politica dell'emigrazione in Italia nell'ultimo trentennio 1868-1898*. Roma, 1899; *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paulo*. II Ed. Milano, 1914; *la crisi del caffè e i progetti per la fissazione del cambio al Brasile*. Roma, 1906.

35 Relatório Sociedade Promotora de Imigração cit in GROSSELLI, R. M. *Da schiavi bianchi*, pp. 126-127.

23 mil reis l'arroba per i frutti della rubiacea a 1 mil reis, massimo 1,5 di quel gennaio 1902. Una disperazione per i produttori. Fossero piccoli contadini che vivevano nei territori ex coloniali, lavorando le loro proprietà, o i loro fratelli che giunti nel sud dello Stato lavoravano "sotto padrone".

C'erano circa 20.000 italiani in quel momento in Espirito Santo (ai quali si aggiungevano migliaia di figli e nipoti di tirolesi italiani, oggi trentini) secondo le fonti di De Zettiry. Che, quasi tutti o in grande maggioranza, vivevano dovendosi confrontare con quei valori del caffè, e quindi soffrendo. In un paese in cui le strade erano spesso impercorribili e mancavano i medici, i sacerdoti. E le scuole, quelle che erano sorte nei primi decenni dopo l'arrivo in Brasile, ormai erano chiuse, quasi tutte perché lo Stato era fallito e il privato non aveva soldi da spendere in istruzione. Mentre qui e là l'autore dell'inchiesta cita commercianti, professionisti ma anche semplici coloni che avevano saputo crearsi delle fortune con il lavoro loro e delle loro famiglie. Terre in cui l'anemia da anchilostomiasi era molto diffusa. In cui il clima era favorevole, come a S. Teresa (qui De Zettiry incontrò anche quello che, probabilmente, era il padre di Augusto Ruschi, il grande naturalista e studioso di colibrì, orchidee e altro che finì persino su una banconota di 500 cruzados nuovi verso la fine del '900) o, a suo dire, pestilenziale come nei territori che correvano lungo il Rio Doce e stavano quindi in zona tropicale. Che nei decenni successivi, comunque, furono occupati anche da migliaia di contadini e lavoratori italiani, tra gli altri. Poi le terre delle fazendas, in cui se i proprietari vivevano in difficoltà per gli introiti insufficienti o parchi ottenuti dalla vendita del caffè, i loro "mezzadri" certamente se la passavano peggio.

Un racconto rapido, stimolante e anche pittoresco. Che certamente offriva l'idea generale di come vivesse all'epoca un immigrato italiano in Espirito

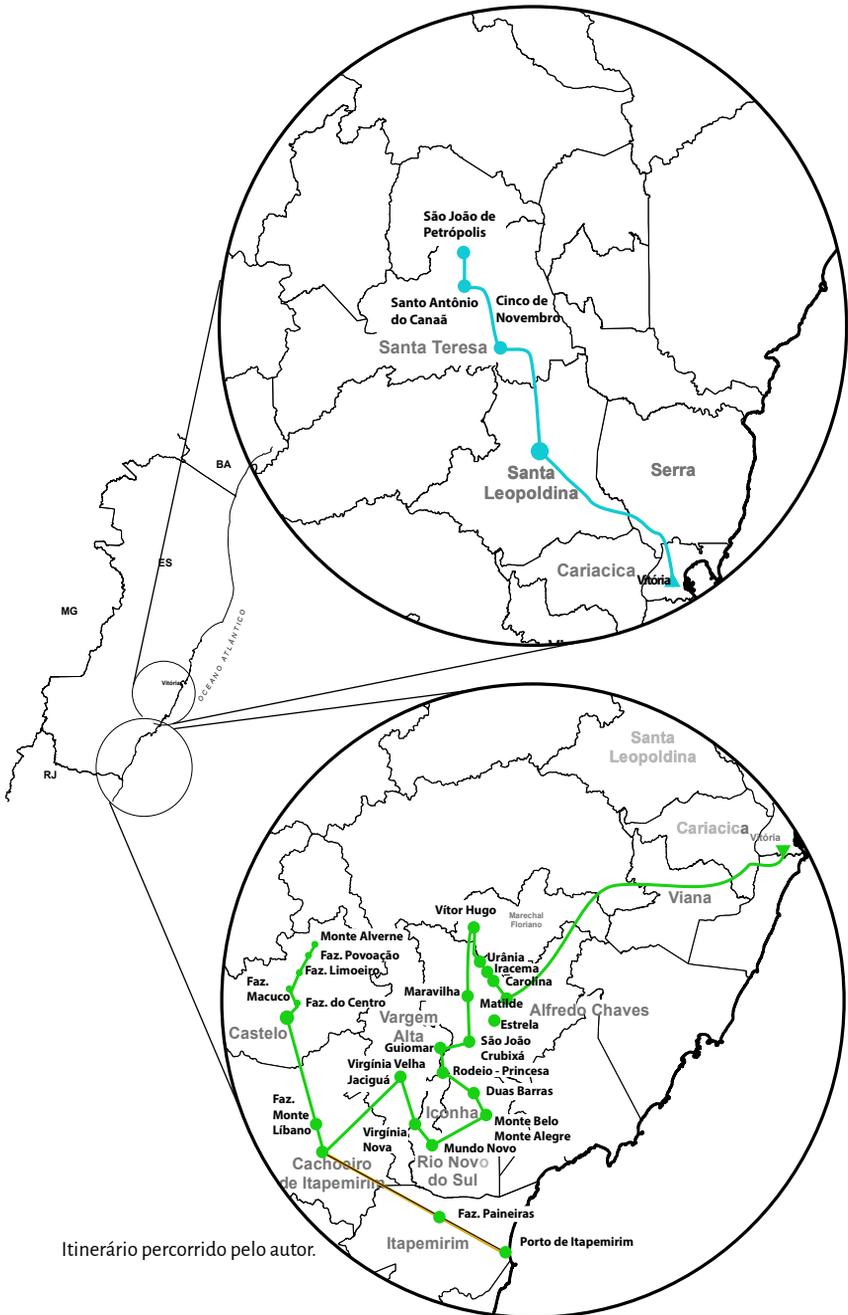
Santo. O il figlio e il nipote dell'immigrato italiano che spesso però parlavano ancora il dialetto parlato dai primi arrivati e che lo avrebbero fatto per molti decenni ancora in certi casi. Dimostrava, la narrazione, la simpatia di De Zettiry per il processo storico di colonizzazione di quelle terre, portato avanti prima dal governo di Rio, poi da quelli provinciale e statale. Un processo, a suo dire, che difficilmente sarebbe stato ripreso, almeno fino a che il prezzo del caffè avesse stazionato su livelli così bassi. Quindi i consigli agli emigranti italiani dello studioso e giornalista. In primo luogo quello di non recarsi possibilmente nelle terre del Rio Doce. Dove il clima era insalubre e avrebbe messo a dura prova la tempra di chi ci dovesse vivere arrivando dall'Europa. Niente più colonie in quel tempo in Espirito Santo, asseriva De Zettiry, quindi la possibilità per gli immigrati di trovare lavoro nelle fazendas. Ma solo perché coltivando qualche prodotto commestibile si poteva comunque campare. Ma come mettere via due soldi per poi comperarselo un pezzo di terra (questo era il progetto della maggioranza dei contadini italiani che stavano là) se il caffè coltivato per sé e per il padrone valeva così poco? No, non venite in Espirito Santo, esortava il giornalista, per produrre caffè. Ma allo stesso tempo il "rapido" viaggiatore (la sua visita non era durata che tre settimane) non se la sentiva di criticare i proprietari delle piantagioni che davano lavoro a molti italiani. <Non possiamo dire che maltrattino o sfruttino> i nostri italiani, scriveva.

Erano credibili le osservazioni di Arrigo De Zettiry? I suoi sfumati giudizi almeno? Non sappiamo dirlo anche se certamente davano l'idea di una realtà immigratoria che viveva nelle difficoltà, in un periodo storico in cui la situazione economica era tra le più difficili. Ciò nonostante c'era chi, commerciante, prestatore di danaro, artigiano o altro, sapeva ancora ricavare

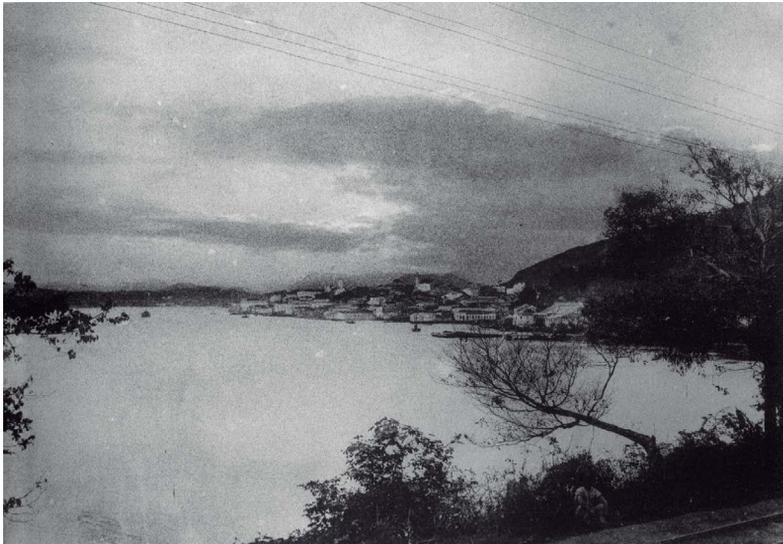
soddisfazioni dal proprio lavoro. E chi, qui e là, una sua fortuna nei decenni se l'era già fatta. E qualcosa aveva anche inventato. Come quei contadini tirolesi italiani di S. Teresa che stavano producendo una specie di vino passito, un Marsala quasi, scriveva De Zettiry.

Fu alla base del Decreto Prinetti la relazione che Arrigo De Zettiry propose ai suoi superiori dopo quel viaggio? Non sappiamo dirlo ma pensiamo (e non siamo i soli) che per il Commissariato dell'Emigrazione e il ministro Prinetti avessero avuto più peso le considerazioni dell'altro commissario viaggiante, Adolfo Rossi. Sia perché lo Stato di S. Paolo riceveva ormai la parte preponderante degli emigranti italiani che sceglievano come meta il Brasile e soprattutto perché le considerazioni proposte dal Rossi erano decisamente negative: bisognava fermare o limitare l'immigrazione italiana verso quelle terre. Gianpaolo Romanato nel suo volume <L'Italia della vergogna> sosterrà in seguito che il Decreto Prinetti fu approvato proprio sulla base delle "acuminate" considerazioni del Rossi, uomo di grande spessore culturale e professionale che non per nulla finirà la sua carriera all'interno dell'amministrazione statale come diplomatico. Lui che era partito come emigrante, negli Stati Uniti d'America.³⁶ E in sede storiografica sino ad oggi non ci risulta che nessuno abbia ricordato quella relazione di Arrigo De Zettiry come "scaturigine" del decreto italiano che in breve dimezzerà le partenze di famiglie di agricoltori in direzione di S. Paolo.

36 ROMANATO, G. *L'Italia della vergogna nelle cronache di Adolfo Rossi 1857-1921*. Ravenna, 2010. Chiu-diamo ricordando comunque che le opinioni di Rossi non furono ben viste da altri studiosi italiani. E tra questo Vincenzo Grossi che, nell'occasione, userà toni nazionalistici per perorare la causa dell'annullamento degli effetti del Decreto Prinetti. Che a suo dire ostacolava i rapporti commerciali tra il Brasile e l'Italia e non lasciava libero sfogo per l'uscita dal paese delle masse di disoccupati. Perché per lui i flussi migratori dovevano essere usati dallo Stato (non tanto protetti o indirizzati verso i migliori sbocchi). GROSSI, V. In del 09.06.1906 in ARCHIVIO DI STATO DI SÃO PAULO. Secretaria di Agricoltura. Cassa 7.221. Registro em: 19 jun. 1906.



Itinerário percorrido pelo autor.



Vista geral de Vitória, 1910. BR ESAPEES JM.14.1.12.

Relatório Geral

I. NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

HONRADO POR SUA Excelência, o Ministro de Assuntos Exteriores – Honorável Prinetti – com o decreto de 13 de dezembro de 1901, com a incumbência de visitar uma parte do Brasil, para informar sobre as condições de trabalho e da vida dos nossos conterrâneos, empregados especialmente no cultivo do café, embarquei no dia 04 de janeiro de 1902 no navio *Duca di Galliera*, da Companhia *La Veloce*, e desembarquei no Rio de Janeiro em 21 do mesmo mês.

Feitos os acordos necessários com o régio Ministro da Itália em Petrópolis – o Marquês Friozzi, Príncipe de Cariati – me foram designados para minhas observações e pesquisas os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na espera de um navio de navegação costeira que me transportasse até Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, fiz um rápido passeio até a cidade mineira de Juiz de Fora, troquei idéias com o Regente do Consulado e planejei as bases de um itinerário de viagem pelo vasto Estado de Minas.

Enfim, do Rio de Janeiro embarquei para o Norte e me dirigi até Caravelas, no sul da Bahia, com a finalidade de visitar Teófilo Ottoni, no nordeste de Minas. Mas, inundações haviam de tal maneira danificado a Estrada de Ferro Bahia-Minas que o transporte havia sido suspenso. Retornei, portanto, a Vitória e após acordo feito com

o Cônsul Real – Cavalheiro Rizzardo Rizzetto – e com o ex-Cônsul Regente – Senhor Ermanno Lanz – pessoa gentil e muito conhecida, a qual me forneceu cartas de recomendação bastante úteis – iniciei imediatamente as minhas rápidas excursões pelo Estado do Espírito Santo.

Inicialmente, visitei o núcleo colonial de Timbuhy, que faz parte da colônia emancipada de Santa Leopoldina e do núcleo principal que é Santa Teresa; segui até a seção do Baixo Timbuhy, distante poucas horas da Vila Colatina, às margens do rio Doce; passei pela região de São João de Petrópolis que, em 1897, havia sido palco de barbáries, cometidas por bandidos (*jagunços*); barbáries que tiraram a vida dos italianos Giovanni Villaschi, Giuseppe Perini, Giuseppe Benetti e Giovanni, apelidado de *que não pode*, além de um súdito austríaco e de alguns brasileiros.

Encontrei os italianos, pequenos proprietários, preocupados com a crise do café que ameaçava tragá-los. O café nada vale para o colono que o produz, mais do que 2 mil réis, 1.500 réis e até 1.000 réis a arroba de 15 quilos, isto de acordo com a localidade (2,40 libras, 1,80 libras e 1,20 libras). O baixo preço do café no mercado, o transporte caro, que é feito inicialmente em lombo de burro, durante dias seguidos, é feito posteriormente por canoa e, finalmente, por mar até o Rio de Janeiro, reduziram o pequeno produtor a uma situação precária.

À primeira vista, pode-se prever que obviamente o produtor abandonará o cultivo do café, para dar lugar às plantações de milho e feijão, que mal dariam para o alimento indispensável do colono.

Muitos dos pequenos proprietários que moram mais no interior, e tinham pesadas despesas por causa do transporte, já fizeram este sacrifício. A maioria, porém, não teve tempo para salvar-se de tal situação. Os colonos tinham esperança que a crise cessasse e que o café aumentasse novamente de preço; ficaram, porém, superlotados de café e endividados com os comerciantes dos núcleos, que acabaram por hipotecar suas propriedades. Assim “o peixe grande come o pequeno”; este é o fenômeno que acontece no núcleo de Timbuhy. Daqui a alguns anos, se o café não alcançar um preço melhor, os pequenos proprietários do núcleo poderão desaparecer.

No que diz respeito a existência social dos colonos, constatei que as garantias individuais são escassas. Os acontecimentos de Barracão de Petrópolis estão ainda na memória de todos, e todos temem que mais cedo ou mais tarde volte a se repetir. Frequentemente, durante as minhas excursões, me foi externado este temor por parte dos colonos. Mais que dos jagunços, aqueles bons colonos temem o soldado que chegará para salvá-los, mas que, na maioria dos casos, é mais bandido que o próprio bandido.

Em Santa Teresa e nas imediações a saúde é excelente. Mas, nas baixadas, perto dos rios e mais próximo do rio Doce começam a surgir famílias inteiras com os rostos amarelados pelas anemias tropicais.

De Vitória, para onde havia retornado, parti de trem pela ferrovia para Braço do Sul¹ e Matilde, coração do ex-núcleo Castello. Fiz o

1 N. E. Estação Ferroviária, atual cidade de Marechal Floriano.

percurso a cavalo pelos vilarejos de Matilde, Carolina, Iracema, Maravilha, Deserto e segui mais adiante até o vilarejo de Victor Hugo, mais distanciado e estabelecido em terra fraca e, por isso, tão pobre como o de Urânia. Tive também a oportunidade de interrogar alguns colonos dos vilarejos de Cedro e de Itacuruby e assim pude formar um conceito exato do ex-núcleo Castello.

Finalmente, descendo para o sul, passei também pelo contíguo ex-núcleo de Rio Novo, todo formado por pequenos proprietários italianos, onde conheci as seções de São Joao de Alfredo Chaves, de Nova Mântua, de Nova Estella, de Rodeio, de Guiomar (conhecida também como Cinquenta e Nove), de Virgínia e também tive notícias das outras seções de Monte Alegre, Quarto Território e Retiro, colhendo em todo lugar em que eu passava dados pessoais referentes a composição das famílias, a província de origem e a época que emigraram. Com estes dados, organizei os quadros estatísticos que se encontram inseridos no relatório especial do Estado do Espírito Santo. Se tivesse tido alguns dias a mais ao meu dispor, teria feito um recenseamento completo daquelas nossas colônias que, em seu conjunto, não me deixaram uma impressão desfavorável, mesmo tendo visto um território tão vasto e tão precária colocação dos nossos emigrantes. Digo mais ainda, que aquelas colônias constituem uma glória para o Estado do Espírito Santo, glória que se deve defender com leis voltadas à conservar nas mãos dos colonos a pequena propriedade que cultivam há muitos anos e que, inicialmente, era terra devoluta².

² Terras devolutas são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca perteceram a um particular, mesmo estando ocupadas.

Mas eu não ousou esperar, nem supor, que hoje o Estado do Espírito Santo seja capaz de fundar outras colônias como aquelas, mesmo que tivesse terra para fundá-las. A terra! Esta está em poder daqueles que a ocuparam, não é mais terra devoluta. O Estado chama aquela ocupação de posse criminosa (ocupação delituosa), mas não possui a força para reclamá-la e retomá-la. A oposição poderá pretendê-la, dependendo do partido que está no governo, mas tornando-se ela mesma governo, para poder conservar-se no poder, deverá desistir da idéia de reivindicar as terras devolutas.

O Espírito Santo hoje é um Estado quase falido. A verdade a ser dita é dura. Se o Governo Federal não o tivesse ajudado a pagar uma certa dívida externa, as alfândegas do Estado já teriam caído em mãos de uma potência estrangeira. As escolas, até as mais elementares, foram suspensas por medida de economia. Como falta dinheiro para as despesas mais urgentes, supor que o Estado possa em tais condições querer subsidiar a imigração é supor o impossível.

A colonização do rio Doce, considerando-se que é uma região insalubre que afetaria a saúde do colono, torna-se uma colonização muito cara, que obrigaria o Estado a grandes despesas. Despesas que ele não poderia absolutamente suportar. E mesmo que pudesse suportá-las não o faria, estou certo, na devida medida. Hoje, sob o regime da República, não se coloniza mais como no tempo do Império.

Se por uma hipótese nos permitíssemos a dar continuidade a imigração italiana no Estado do Espírito Santo, para a tão decantada colonização do rio Doce, veríamos, sem dúvida, repetirem-se os dolorosos dramas que, em 1895, aconteceram no núcleo Moniz

Freire e que provocaram a proibição da imigração para o Estado do Espírito Santo, proibição que perdura até hoje.

Das colônias, desci finalmente para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim; e subindo para o norte, pela ferrovia, até Castelo, pude fazer um conceito do assentamento do nosso emigrante em uma das mais importantes zonas de fazendas do Estado do Espírito Santo. Essas fazendas, para dizer a verdade, em São Paulo, seriam chamadas de *sítios*.

O colono é meeiro, mas as despesas enormes com o transporte tornam o resultado de seu trabalho insuficiente. Portanto, ele conta com o milho e o feijão que colhe das plantações feitas entre os cafezais e nos lotes de terra que lhes foram cedidos pelos fazendeiros, ganhando mais do que com a colheita do café.

Dessa situação, porém, não pode ser acusado o proprietário agrícola, que mais do que isso não poderia pagar. O acordo da meia é generoso, se o café tiver um preço mais elevado; mas hoje, torna-se incapaz de sustentar o colono por causa do preço baixo e do transporte. O câmbio melhorou muito em relação a alguns meses atrás, isto contribuiu também para prejudicar o fazendeiro e o seu agregado; porque se o câmbio estivesse pior, o café, que como produto de exportação é pago pelo importador a peso de ouro, aumentaria a valorização do papel-moeda, dando-lhe uma margem maior, suportando melhor o problema do transporte.

Quanto às novas imigrações, estas tornariam ainda mais difíceis a vida e as condições do colono, porque se hoje, que a mão de obra é escassa, o fazendeiro, com exceção de algum caso excep-

cional de exploração, não maltrata o colono, mas pelo contrário procura conservá-lo. Se chegassem novos braços de trabalho para fazer concorrência aos que já existem, nesse dia aumentariam os problemas para os colonos.

Quanto à saúde do colono, este é obrigado a fazer economia máxima, alimenta-se mal, enquanto que, devido a malária existente em quase toda a região da mata tropical, teria necessidade de uma alimentação racional para resistir ao calor do verão que os torna debilitados. Enfim, a saúde deixa muito a desejar. A anemia intertropical nesta zona de fazendas é muito mais grave que nas localidades dos núcleos, em geral e, especialmente, nas seções economicamente mais prósperas dos núcleos.

Calculo que no Estado do Espírito Santo não residam menos que 20.000 italianos.

Não devo e nem quero tirar conclusões. Sei que devo ser somente instrutor e não juiz. Me seja dada licença, porém, de confessar que se chegasse até mim, para pedir-me conselhos, um camponês, um chefe de família, que quisesse emigrar para o Brasil, eu, que já conheço bem os quatro Estados produtores de café, e todos os pactos agrícolas possíveis, lhes diria: *Que não fosse onde se cultiva o café, a não ser na condição de proprietário, senão se arriscaria a passar fome.* Porque é necessário que não se esqueça o fato que no primeiro ano após sua chegada é inevitável que o colono fique endividado, pois seus ganhos ficam retidos para pagar as despesas de sua manutenção. E nos anos seguintes, pelo fato de ganhar pouco, isto é, na medida adequada às necessidades da família, aumenta ainda mais



Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, atual cidade de Santa Leopoldina, 1910. BR ESAPEES JM.14.1.120.

a dívida anterior, vivendo portanto em contínuo desequilíbrio financeiro, com grave dano para o estômago e, conseqüentemente, para a saúde.

Na atual situação, ninguém tem condição de fugir deste destino: uma família, que eu tenho o costume de denominar de “bem constituída”, isto é, aquela que possui muitos braços úteis, deverá também lutar por longo tempo com o desequilíbrio financeiro consequente dos poucos ganhos e das dívidas contraídas no primeiro ano.

Excursões no Estado do Espírito Santo

II. DE VITÓRIA A SANTA MARIA “DO RIO DOCE”

O ASSENTAMENTO MAIS importante para o nosso emigrante no Estado do Espírito Santo é aquele que foi feito ainda no tempo do Império, em terras devolutas, dividido em lotes e entregue em propriedade às famílias dos agricultores. Nesse sistema, constituíram-se várias colônias de alemães e de italianos, naquela parte do território do Estado que se situa entre o rio Doce (divisa norte), a divisa com Minas Gerais (oeste e sul) e o oceano Atlântico (divisa leste).

Fazendo um cálculo aproximativo, este território ao sul do grande curso d'água do rio Doce é a metade da extensão total do Estado. O rio é proveniente de Minas Gerais e atravessa obliquamente o Estado do Espírito Santo em um percurso de 200 quilômetros. A outra metade do território faz limite ao sul com o rio Doce, a oeste com o Estado de Minas Gerais, e ao norte com o Estado da Bahia. É, na maior parte, desabitada e selvagem. Linhares, na margem esquerda do rio Doce, e São Mateus, mais ao norte, não estão muito longe do litoral; são as únicas cidades existentes naquela imensa e quase desconhecida região.

A colônia de Santa Leopoldina, aquela de Castello e a de Rio Novo, assentaram uma grande quantidade de famílias de colonos: os italianos começaram a chegar de 1876³ em diante. Na primeira colônia

3 N. E. Na colônia de Santa Leopoldina, os primeiros italianos chegaram em 1874. Um grupo de

em que estive, formada em grande parte por alemães, visitei o núcleo de Timbuhy, onde estão assentados os italianos, que se estende com sua seção, Baixo Timbuhy, por mim visitada, e situa-se a poucas horas, a cavalo, do rio Doce. Das outras duas colônias, hoje igualmente emancipadas, sob jurisdição municipal, passei a visitar outras seções e pude tomar conhecimento das condições em que vivem os nossos emigrantes. A sudoeste da colônia de Rio Novo e a oeste da colônia Castello encontra-se uma importante região de fazendas de café, nas quais o nosso emigrante trabalha como meeiro. O clima e as vias de comunicação, fatores de suma importância para a condição sanitária e econômica do colono europeu, no que diz respeito ao Estado do Espírito Santo, possui tal influência que, na rápida excursão que fiz, foi fácil adquirir conhecimentos sumários do assentamento do nosso meeiro naquela região.

O confronto entre o assentamento do pequeno proprietário e aquele do meeiro teve uma grande influência no meu espírito de pesquisador. E diria mais, que foi daquele confronto que fez germinar em mim a convicção que já expressei no meu relatório geral, que o melhor seria o assentamento que desse ao Brasil, verdadeiros colonos; ao colono, alimento certo e a nós relativa tranquilidade sobre o bem-estar do nosso emigrante. Isto é, o status de pequeno proprietário agrícola, em terra de primeira qualidade e em regiões salubres.

145 colonos que veio com a Expedição Tabacchi. Em Rio Novo, em 1875. A maioria era procedente do Tirol italiano (Trentino) ainda sob o domínio do Império Austro-Húngaro. Uma pequena parte das famílias era do Vêneto. Na colônia Castello (Alfredo Chaves) a entrada dos italianos se deu em 1879, ano da sua criação.

Essa descoberta se parece com a do ovo de Colombo, alguém poderá dizer. E o que podemos fazer nós aqui da Itália que nem sabemos como se faz a plantação do café?

E tanto melhor, digo, se a coisa é tão óbvia: todos ficarão convencidos de que o colono “pequeno proprietário em terra boa e em regiões salubres” é relativamente feliz.

Não era porém igualmente fácil demonstrar sem ter visto que, aquele é, enfim, somente o único assentamento apreciável. Esta demonstração deverá emergir do conjunto daquilo que irei narrar.

A CAPITAL DO Estado do Espírito Santo, Vitória – cidade mais amena do que bela, mal construída, mal calçada e, pior ainda, mal iluminada – está construída a sudoeste da ilha de Vitória. A ilha é uma enseada no continente. Um braço curvo de mar ao norte e a oeste separa a ilha do continente e na metade deste braço as águas do rio Santa Maria da Vitória tornam-se salobras.

Para visitar o núcleo de Timbuhy é necessário subir o rio mencionado, de canoa, até a cidade de Porto do Cachoeiro⁴, que é a sede do núcleo do mesmo nome, um dos três núcleos que compõem a ex-colônia de Santa Leopoldina. A viagem mal pode ser cumprida do raiar ao pôr do sol, sendo arriscado deixar-se surpreender pela noite. A viagem se divide comumente em dois dias; no segundo dia o viajante economiza tempo através de uma picada, bastante razoável, que o leva das margens do rio Santa Maria, onde se pernoi-

4 N. E. Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, atual cidade de Santa Leopoldina.

ta, até o Porto do Cachoeiro. Desta última cidade, fazendo mais 30 quilômetros a cavalo, se chega em Santa Teresa, sede do município, onde encontra-se o ex-núcleo de Timbuhy, com colonos italianos, alemães e poloneses.

Encontrei as estradas em estado tão deplorável que superavam qualquer expectativa! Para dar estabilidade às estradas, costumava-se dispor paralelamente troncos de árvores, com pouca distância um do outro, ao longo do percurso, e sobre eles uma camada de terra. As chuvas contínuas transformam a estrada em um rio de lama. Além disso, as patas dos animais de carga, que viajam em tropas, carregando café e gêneros de consumo na descida e toda espécie de mercadoria na subida, acabam por remover aqueles troncos, deixando-os descobertos, na mais estranha desordem. Os quadrúpedes caminham penosamente, procurando naquela lama um espaço qualquer entre uma travessa e outra para pousar as patas. Com frequência, uma mula afunda na lama até a barriga e o cavaleiro que não está acostumado esbugalha os olhos sentindo-se encharcado, rolando naquela lama pavorosa que, às vezes, é tão grossa e pegajosa que as ferraduras do animal chega a se soltar. E outras vezes se apresenta como uma imensa extensão de caldeirões (caldeiras é este o nome que se dá àqueles poços de lama) cheios de uma espécie de pasta vermelha, amarela ou branca, de acordo com a cor da terra.

Sendo tempos de chuva aquele período em que eu viajava, foi naquela péssima situação que encontrei a estrada, que leva de Porto do Cachoeiro até Santa Teresa. Gastei, para tanto, 10 horas a cavalo para percorrê-la.



Vista da cidade de Santa Teresa. IPHAN-ES EDO.0241. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).

Porém, todas as estradas das colônias não merecem ser chamadas de estradas. São picadas, como as chamam, ou trilhas, nas quais os viajantes são obrigados a percorrê-las um atrás do outro. Não é difícil que um viajante se encontre com outra tropa que viaje no mesmo sentido. Neste caso, é obrigado a segui-la por muito tempo a passo vagaroso, porque não tem como ultrapassá-la, por causa do caminho estreito e ocupado pelas mulas que, de um lado e outro da cangalha, transportam cargas e fardos incômodos. Logo que se percebe uma largura maior no caminho, que permita ao cavaleiro de cavalgar ao lado das tropas, é necessário apressar-se para poder alcançar a frente da tropa, antes que a mula que encabeça a fila e marcha na frente tome conta do caminho, que logo em seguida torna-se difícil a ultrapassagem e, assim, dessa maneira, se possa evitar um novo atraso.

Não poderia deixar de fazer esta rápida descrição das estradas do Estado, que demonstra quanto é difícil e caro o transporte naquele país, onde existem poucos quilômetros de ferrovia e tudo é feito em lombo de burro. Este fato é capital na economia agrícola do Estado. Afeta profundamente toda a economia nacional e a condição do nosso colono, seja ele um pequeno proprietário ou um meeiro.

O pobre colono está reduzido a trabalhar para o tropeiro, que deverá transportar o seu café até o próximo curso de água navegável, através do qual, por sua vez, uma canoa levará o café ao mais próximo porto de mar. Existem muitas localidades no núcleo de Timbuhy que necessitam de dias de carregamento para transportar o café para Santa Teresa e de Santa Teresa até o Porto do Cachoeiro, onde é carregado nas Canoas até Vitória.

Quanto ao câmbio da moeda, se comparado a alguns anos atrás, melhorou muito para o importador e para o consumidor de produtos importados. É porém, desfavorável para quem vive como o produtor de café, da exportação. O preço do café, quando transformado em papel moeda, passa a ter um valor líquido menor que anteriormente. Por outro lado, o transporte, se for pago em papel moeda, é igual ao anterior. Se for calculado em ouro, fica ainda mais caro. Feitas as contas, o que resta para o produtor após ter pago o transporte do seu café? Dois mil réis, 1.500 réis ou até 1 mil réis por arroba, nas localidades mais longínquas de Santa Teresa.

Suponhamos por um momento que uma ferrovia transportasse o café em poucas horas de Santa Joana, por exemplo, até Porto do Cachoeiro e para Vitória, o benefício seria duplicado e até tri-

plicado para o produtor. Com isso concluí que as dificuldades nas comunicações é a ruína do Estado do Espírito Santo, o qual não vê outra salvação a não ser uma nova desvalorização do papel-moeda. O produtor enfim é obrigado a dizer: *Mors tua vita mea*⁵.

6 DE FEVEREIRO. Na metade do caminho entre Porto do Cachoeiro e Santa Teresa, ainda no território do primeiro município, encontrei o primeiro italiano estabelecido com uma venda naquela localidade, conhecida como Morro dos Polacos, devido a uma antiga colônia polonesa que ali existiu.

Giuseppe Pretti, com sua mulher italiana e 9 filhos, é o segundo filho de Luigi Pretti, um pequeno pai Abraão, empreendedor e corajoso, que serviu de estímulo a todos os seus filhos – 5 homens e 2 mulheres – todos residentes em Santa Teresa, menos Giuseppe.

Os outros homens – Gerolamo, Irmo, Enrico e Drasto – todos casados, menos o último, são tropeiros, isto é, donos e condutores de animais de carga. Não foi, portanto, a agricultura que fez o bem-estar econômico daquela família numerosa, que se viu obrigada a abandonar completamente o lote que ocupava, pois não rendia nem para o próprio sustento. Aquele lote, localizado na seção de Santo Antonio, situado na estrada onde passarei para ir a Santa Teresa, está desocupado até agora.

O velho Luigi está estabelecido não muito longe dali, com uma venda, uma pequena lavoura de café e cereais e um rancho de tropa.

5 N. E. Expressão latina, de origem medieval. No caso, seria necessário a depreciação da moeda (*mors tua*) para que o colono tivesse mais opções para sobreviver (*vita mea*).

Quando ao longe avistamos a sua casa, multicolorida e limpa, compreendemos logo que lá dentro vive um homem, verdadeiro modelo de colono.

No entardecer do dia 6 de fevereiro cheguei em Santa Teresa.

Santa Teresa é um lugar saudável, não é, porém, nem bonito ou interessante. A cidade é aquilo que para nós poderia ser um pequeno distrito de um município rural: ao todo, duas ruas dispostas em ângulo reto e habitadas por cerca de 150 pessoas.

O italiano Ruschi, hoje casado com uma brasileira, filha de um tirolês, é comerciante e sócio do sogro, em Santa Teresa. Me informou sobre vários assuntos. Ele conhece palmo a palmo este e outros núcleos de pequenos proprietários italianos, que teve que percorrer em todas as direções para demarcar os lotes, na sua antiga profissão de agrimensor do governo local.

O núcleo de Timbuhy é um dos três dos quais foi dividida a colônia de Santa Leopoldina, sua fundação remonta ao ano de 1876⁶. Este tinha a sua sede em Santa Teresa, que se tornou depois sede do município, quando foi emancipada, em 1882⁷. O núcleo foi dividido em seções e a seção em uma certa quantidade de lotes, ocupados por famílias, na maioria italianas.

6 N. E. O núcleo foi fundado em 1873 com a entrada de colonos poloneses.

7 N. E. Santa Leopoldina tornou-se município em 1887 e Santa Teresa emancipou-se de Santa Leopoldina em 1891, tornando-se também município.



Casa italiana e capela no interior de Santa Teresa. IPHAN-ES EDO.0240. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).



Casarão da família Pretti/Bortolini, em Cinco de Novembro, Santa Teresa. Construído em 1918 por Enrico Pretti. Quadro pintado por Maria José de Paiva, 2001.

Seções do Núcleo Timbuhy	Famílias
1. São Pedro e São Lourenço	57
2. Tabocas	10
3. Caldeirão	30
4. Nova Valsugana	85
5. Santa Maria (povoada por brasileiros)	??
6. Perdidos	14
7. Baixo Timbuhy	150
8. São Jacintho	15
9. Mutum	40
10. Córrego dos Espanhóis	25
11. Cinco de Novembro	20
12. Vinte e Cinco de Julho	45
13. Santo Antonio	16
14. Santa Lúcia	31
15. Três Barras	120
Total de famílias	658

Não excludo, porém, que os dados que pude verificar se aproximam desta cifra de 658 famílias que falam a língua italiana (ou os nossos dialetos). E que para uma terça parte destas famílias não se tratam de súditos austríacos do Tirol italiano, e que para cerca de outros dois terços de súditos italianos, mesmo verdadeiramente é, na maioria, formada por vênnetos.

Ruschi insistiu na falta de garantias desses colonos, no completo abandono que os havia condenado o governo local, na falta de assistência e proteção às indústrias, das vias de comunicação, das escolas e do serviço de saúde.

Os acontecimentos de “Barracão de Petrópolis” dos quais falei no relatório geral, não tiveram, por parte da Justiça, nenhuma reparação moral, porque ninguém foi condenado por aqueles crimes horrorosos, não foi feita nenhuma reparação material, porque não foi dada nenhuma indenização às famílias das vítimas.

Indústrias não existem, além da agricultura; os produtos são: o café – ou seja, 120.000 arrobas ao ano para todo o município –; o milho, que é base da alimentação do colono; a cana-de-açúcar, com a qual se fabrica o álcool (cachaça); o arroz, o feijão e uma pequena quantidade de batatas.

As vias de transporte, conforme falei anteriormente, são escassas, mal conservadas e penosas para percorrê-las.

Se na falta de ferrovias se pudesse pelo menos fazer os transportes com carros, como em Minas e São Paulo, a indústria agrícola seria mais rentável e menos penosa a condição do colono.

As escolas foram suspensas em toda a parte alguns anos atrás; ficou somente uma escolinha em Santa Teresa, construída pelos padres capuchinhos italianos que administram a igreja paroquial. Boas pessoas, sem dúvida, que ainda chamam a escola pelo nome de Augusta Regina Madre e precisam da ajuda do nosso governo, mas não tentam pedi-lo oficialmente, por causa da famosa questão do poder temporal.

E os médicos. É triste acreditar, não existe um médico em todo o vastíssimo município! Falo de verdadeiros médicos, porque os curandeiros, que cobram por causa da grande distância, do mesmo modo que cobram os nossos professores famosos quando vão fazer uma consulta, desses existem vários – e um deles italiano – é nada mais que o nosso correspondente consular. Por causa dos preços que são cobrados nas consultas médicas, que os médicos não existem, e os italianos não poderiam nem consultá-los. Se uma pessoa adocece, trata-se por si só e como pode à base de sal inglês e de ervas do mato, como os selvagens.

O correspondente consular não pôde acompanhar-me na excursão pelo núcleo porque teve que ausentar-se devido a uma causa a defender em Porto do Cachoeiro, contra um seu cliente, que havia tratado de uma perna, por não sei quantos milhares de francos. O tal cliente, na hora de pagar, julgando que o tratamento de sua perna havia saído muito caro, pretendia reduzir o preço e o médico então entrou na justiça para receber o restante.

Ruschi informou-me ainda que, nos bons tempos do café caro, os italianos esbanjaram um pouco, assumindo a posição da cigarra ao invés da formiga; e quando chegou a crise tiveram que recorrer ao crédito dos comerciantes para poder comer, envolvendo-se em um crescente desequilíbrio financeiro, que colocou em risco suas pequenas propriedades, agravado pela hipoteca ou pelas possibilidades de perdê-las para credores.

Mori, um italiano alegre e caloroso, muito bem visto pelos nossos, mesmo sendo um fiscal, ofereceu-se para acompanhar-me na

excursão para a seção de Baixo Timbuhy, a maior e a mais produtiva do núcleo, e aquela que possui maior número de italianos. No dia seguinte a minha chegada a Santa Teresa, iniciamos a caminhada.

7 DE FEVEREIRO. Durante a minha excursão pelo Baixo Timbuhy, com frequência encontrava com pessoas cujos rostos eram amarelos como cera, isto chamou minha atenção. O meu companheiro de viagem, acostumado a viver naquela região, onde nunca chegavam homens de ciência, que como disse, aqui não se encontram, não dava nenhuma importância ao fato.

“Mas eles não estão doentes,” dizia-me.

E diante das minhas exclamações de insistente espanto, dizia:

“Deve ser o abuso da cachaça”.

Isto não podia ser verdade, pois os jovens estavam inchados, e o rosto com a cor de batata, os olhos abobalhados e os movimentos lentos e rígidos de indivíduos entorpecidos, que acabam de sair de uma longa enfermidade.

Soube mais tarde que o mal que aflige e corrói a existência daqueles pobrezinhos é a *ancilostomíase* ou anemia tropical, que no Brasil se dá o nome de opilação ou amarelão (tradução literal: *giallone*) sezão etc. Desta doença, já falei no meu relatório sobre Minas Gerais, onde fiz referência às informações obtidas a esse respeito de um médico brasileiro.

Toda a seção do Baixo Timbuhy estende-se ao longo do rio Santa Maria “do rio Doce”, que deságua naquele grande curso de água. ImproPRIAMENTE, Baixo Timbuhy recebeu este nome, como acontece

com outras seções das colônias do Espírito Santo. O rio Timbuhy, de fato, deságua no oceano e sua parte baixa é muito afastada do território da colônia Leopoldina, no sentido do litoral: ao contrário, é a sua parte alta que banha o sul do município de Santa Teresa. A seção do Baixo Timbuhy deveria chamar-se, portanto, de *Alto Santa Maria “do rio Doce”*.

O colono Gerolfo Rossi está com amareidão, tanto ele como seus irmãos menores e os filhos; herdou do seu pai o lote que ocupa, que havia recebido do governo, em 1877. O lote do Rossi mede cerca de 350.000 m², pelos quais ele pagou:

Pelos 3.070 m ² a 60 réis o m ²	184.200 réis
Pelos 346.500 m ² a um real	346.500 réis
Pelas cópia da planta e selo	42.000 réis
Pelo título definitivo	69.300 réis
Total	642.000 réis

Ele possui o título definitivo do seu lote há 5 anos. Informou-me que muito mais da metade dos colonos que ocupam os lotes no município de Santa Teresa não possuem o título definitivo, e que o governo, com freqüência, ameaça colocar suas propriedades em leilão.

Esse leilão não acontece e nem pode ser feito, porque ninguém compraria aqueles lotes, a não ser por um preço irrisório. Pôr os lotes em leilão equivaleria, portanto, querer destruir, sem nenhum benefício para o erário, a colônia que existe há mais de 25 anos. Para tanto, não se entende o que significa emancipar tais colônias, que ainda não estão estavelmente formadas: a emancipação, ao invés de

ser um benefício para os colonos é, na verdade, uma declaração de abandono por parte do governo que as criou, e que quer trabalhar agora por sua destruição, ao mesmo modo que, em outros tempos, de saldos mais lucrativos, trabalhou para a sua fundação.

O Sr. Rossi, cujas informações me levaram a estas observações, além do lote, possui um pequeno engenho para a secagem do café, fábrica de cachaça e 10 animais de carga, com os quais faz o transporte para si e para outras pessoas; possui também algumas cabeças de gado, de suínos e créditos de uma vintena de contos de réis. É uma pequena, porém completa, propriedade agrícola, aquela que este corajoso colono implantou. Contou-me que no fundo dos lotes ocupados pelos colonos existem terras devolutas, sem água, inadequadas para qualquer cultura e que não servem para a colonização.

Perto de São João de Petrópolis, outro distrito de Santa Teresa, e nome de dolorosa lembrança, vilarejo mais comumente conhecido por Barracão de Petrópolis, por causa de um grande barracão que ali existia e abrigava os colonos no tempo em que se estava organizando aquela seção. Nesse lugar, parei na casa do colono italiano, Pagani, o qual toma conta de uma venda. Sua mulher, que assistiu o assassinato de seu pai naquela noite fatal de 1º para 2 de novembro de 1897, desabafou em prantos pela sua dor, ainda viva.

Alguém foi chamar o colono Andrea Facchetti e este, com comovente simplicidade, narrou-me sua fuga dramática junto com seus numerosos filhos, ainda pequenos, após a meia-noite, através da mata, onde permaneceu escondido por muitos dias; o assalto à casa do delegado de polícia, que, aterrorizado pelos muitos ferimentos

de faca, e julgado morto por aqueles endemoniados, conseguiu, favorecido pela noite e ajudado pela esposa corajosa, refugiar-se no cafezal. Contou-me também sobre o assassinato do velho tirolês, Giovanni Battista Vivaldi, pai do delegado, e em seguida o incêndio da casa onde foram queimados vivos os dois mineiros que não quiseram se juntar aos jagunços e tantos horrores de arrepiar. Entendo a insistência daqueles bons colonos em confirmar que não possuem nenhuma garantia de suas vidas, nem de seus bens, porque os soldados que, naquele trágico acontecimento, eram comandados por um oficial que não ousava avançar para protegê-los, cometeram outras barbaridades.

Os colonos não querem explicar muito sobre o acontecido, por medo de comprometerem-se. Mas o que falaram já foi o suficiente para me convencer.

A velha colona, Antonia Frecchiani, viúva, em cuja casa fizemos uma parada durante uma nova etapa da viagem, teve um filho que foi gravemente ferido por um projétil, no peito do pé, e eu pude ver o sulco profundo daquela enorme cicatriz. A Sra. Frecchiani alcançou uma boa situação econômica. Respondendo à mesma pergunta, ela me disse que seus bens estão avaliados em 25 contos de réis. Que possui vários créditos hipotecários contra proprietários de lotes, mas que, geralmente, aqueles lotes não valem o valor da hipoteca que pesa sobre eles.

Já era noite quando chegamos na casa do colono Silvestro Fríttoli, onde pernoitamos. A nossa jornada foi de 48 quilômetros.

08 DE FEVEREIRO. O Sr. Fríttoli é, sem dúvida, o mais bem sucedido

colono do Baixo Timbuhy. A propriedade agrícola do Fríttoli é hoje uma pequena fazenda, às margens do rio Santa Maria da Vitória⁸. O seu pai, Michele, emigrou em 1877, com 52 anos, proveniente de *Sesto Cremonese*, junto com sua mulher e três filhos. Ocupou então o lote mais distante que lhe foi determinado naquela colônia de Santa Leopoldina. Ele foi o último a tomar posse, por causa de um ferimento que havia sofrido em uma caçada. Na verdade, não ocupou logo o lote, porque a viagem para chegar até lá durou 6 meses, e os emigrantes foram, em pequenas etapas, abrindo estrada através das florestas.

Para ele foi entregue um lote, ainda coberto de mata virgem, e também ferramentas. Construiu inicialmente uma tenda e em seguida uma cabana. A anemia maltratava todos os componentes da família, menos o Silvestro, meu anfitrião. O mais pequeno dos filhos, que tinha 3 anos, morreu três anos depois do pai tomar posse do lote. Plantavam milho, café e viviam com muita pobreza. Enquanto o pai e o filho maior, que já tinha 23 anos, trabalhavam na terra, o próprio Silvestro, com a mula que havia comprado, transportava farinha e vendia pequenos objetos de metal. Conseguiram então construir uma casa de madeira e barro, de 7m x 10m, de um só andar. E foi nesta mesma casa que o pai morreu após 8 anos de residência. Os dois irmãos restantes ficaram juntos ainda por dois anos. Separaram-se somente quando o irmão mais velho, já com 32 anos, casou-se.

Silvestro também não demorou a casar-se: já tinha 23 anos, sua mulher cultivava o lote e ele a ajudava no tempo livre do seu traba-

8 N. E. Santa Maria do rio Doce.

lho de tropeiro. Trabalhava com animais de sua propriedade e com outros do trentino Tommaselli; vendia também pássaros, criados pelo seu sócio. Ganhava bem: umas 250 liras ao mês. Começou mais tarde a negociar por conta própria, com uma pequena venda, porém sem nunca afastar-se do lote. Pouco a pouco construiu uma represa no Santa Maria, que fornecia e fornece, ainda hoje, a força motriz ao seu pilador de café, que teve uma grande melhora. E com a economia, o trabalho incessante, sua sagacidade, conseguiu alcançar o bem-estar atual. Dois anos atrás o seu irmão mais velho morreu.

Hoje, Silvestro Fríttoli, além do seu lote e dos outros dois que já pertenceram à sua família, pelos quais pagaram 600 mil réis cada, possui outros 7 lotes nas proximidades, e outros 6 lotes aqui e ali, com os quais ele negocia com o sistema de meia. Possui duas vendas: uma no sítio e outra na Villa Collatina, na confluência do rio Santa Maria com o rio Doce, sob a direção do cunhado. Sua casa, construída em pedras, é grande e bela, tem dois andares. E no sítio tem mais quatro construções. Possui 24 animais de carga, com os quais transporta o café que produz e adquire; 25 cabeças de gado grande, 300 suínos. Enfim, ele é agricultor, industrial, comerciante e proprietário de tropa.

“Por quanto o Sr. avaliaria sua propriedade?” – perguntei-lhe.

“Quem pode avaliar? – respondeu-me – Em outra época valia bastante, hoje se me pagassem 50 contos limpos a venderia, mesmo valendo muito mais”.

Ele não fala claramente, mas me informaram que tem muitos créditos garantidos pelas hipotecas sobre os lotes dos colonos, pequenos proprietários.

Ao pequeno proprietário é reservada pouca sorte porque, estando ele localizado em um lugar muito afastado, é obrigado a pagar muito caro pelo transporte do café que produz e não pode absolutamente sobreviver sem que recorra ao crédito. O seu lote, cedo ou tarde, cairá nas mãos do credor e, de todos aqueles colonos de Santa Teresa, só uma pequena parte resistirá a atual crise. Portanto, poucos se enriquecerão com os despojos dos vencidos. Muitos se tornarão pobres meeiros de pequenos proprietários e deverão adaptar-se a viver com a metade daquilo que, agora, não é suficiente para satisfazer as necessidades de suas famílias.

Silvestro Fríttoli, que tem 2 filhos, nestes dias, mandou um deles para a Itália, destinando, para tanto, um conto de réis ao ano para sua educação.

Na volta, a 6 Km de Santa Teresa, paramos na seção Cinco de Novembro, na casa de G. E., que agora não pode ser chamado de colono, mas sim de um rico burguês, daqueles que resistem e acumulam bens, enquanto outros decaem e sucumbem. Ele é, ou quer ser, um chefe político em Santa Teresa, mesmo sendo analfabeto; e me declama um trecho de um discurso de ocasião que, aliás, repetiu quatro ou cinco vezes durante a minha visita. Não se parece preocupado com o destino que fatalmente está reservado a três quartos daqueles colonos. Mas, reclama médico e escola, escola e médico. Quem pode contrariá-lo? Certamente, que não serei eu; mas Mori, o meu companheiro de viagem, que fala francamente lhe disse:

“Você G. reclama muito por uma escola para os nossos filhos. Porque então você encabeçou o grupo que combateu e destruiu a



Fábrica de vinho, em Santa Teresa. IPHAN-ES EDO.0242. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).

nossa iniciativa, alguns anos atrás, para que tivéssemos uma escola italiana?”. Aquele golpe de lança o fez pular rápido da sela. Tratava-se de se quotizarem e contribuírem para a manutenção da escola. Mas, na firma de G., mesmo tendo fundos, não havia espaço para a beneficência e ele não estava disposto a criá-lo, muito menos para favorecer uma idéia que não era dele. Pois ele acha que o governo local deve fazer tudo.

“Não pagamos nós as taxas?” – ele disse.

“Mas se o governo não o faz, façamos nós que podemos”, objeta Mori.

“Nós? é o governo que deve fazê-lo.”

Na tarde daquele dia, Mori e eu, retornamos a Santa Teresa.

9 DE FEVEREIRO. Aqueles colonos de Santa Teresa, especialmente os tirolezes, cultivam a vinha e fabricam um vinho de gosto muito agradável, parecido com o nosso Marsala e com o vinho do Porto.

De todas as seções do núcleo Timbuhy, as mais pobres são as menos acessíveis, por causa da distância e das péssimas estradas.

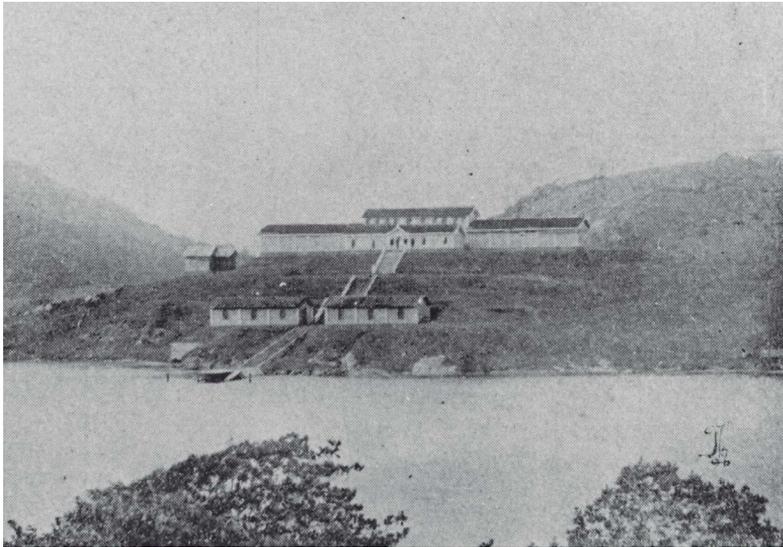
Caldeirão, a 30 Km do município é a mais prejudicada de todas. Os colonos que vivem lá, além de serem pobres, são sobretaxados pelas autoridades locais, que, conforme me informam os italianos de Santa Teresa, são prepotentes, nativistas e quase analfabetas.

São Jacintho, distante 24 Km de Santa Teresa, é mal abastecida de água e os colonos obrigados a bebê-la contaminada, são vítimas da seca e da anemia tropical.

Na seção Perdidos, situada à 30 Km e interligada por péssimas vias de comunicação, mesmo sendo boa a situação econômica das poucas famílias italianas ali estabelecidas, são péssimas as condições de vida dos colonos, por causa do mau tratamento a que estão sujeitos pelas autoridades policiais locais.

Os principais comerciantes de Santa Teresa são: um belga, um alemão, três tirolezes, que compram café e vendem mercadorias das mais variadas, de acordo com o costume do lugar. Os comerciantes italianos que seguem estes em ordem de importância são: Euclide Medici, Giovanni Cò, Guerino Mancini, Pietro Gasparini, Luigi Anichini.

Às 9 horas da noite, após uma viagem penosa, por causa da noite escuríssima que me surpreendeu pelo caminho, e também pelo estado precário da estrada por mim já descrita, cheguei em Porto



Hospedaria dos Imigrantes da Pedra d'Água, na baía de Vitória – início do Sec. XX.

do Cachoeiro. Era domingo de carnaval e dançava-se alegremente. Quando ouvi a música e avistei ao longe as luzes da festa, respirei aliviado.

No entardecer do dia seguinte, 10 de Fevereiro, a canoa na qual eu havia descido o rio Santa Maria da Vitória atracava no Porto Espada, na capital do Estado do Espírito Santo.

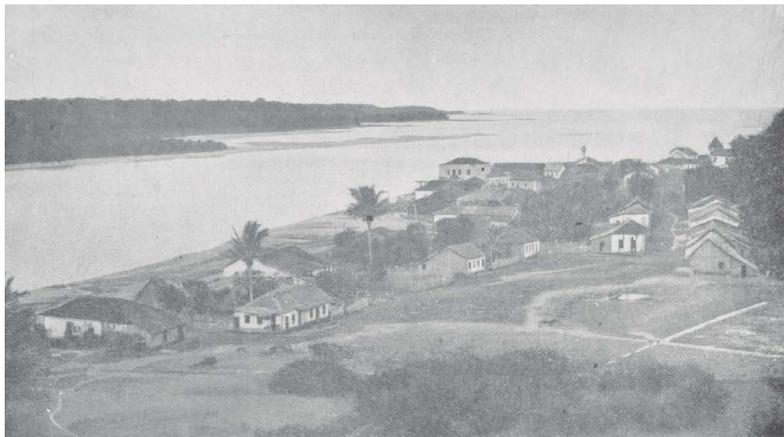
A minha excursão para Santa Teresa havia me tomado 20 horas de canoa no rio Santa Maria, 168 quilômetros a cavalo e 6 dias de tempo.

11 DE FEVEREIRO. Dirijo-me de barco para visitar a Hospedaria dos Imigrantes de Pedra d'Água, situada sobre um promotório, a sudeste de Vitória, na parte continental, às margens da formosa baía do

Espírito Santo e não muito longe da antiga capital do Espírito Santo, município de Vila Velha.

A Hospedaria é um edifício bastante amplo, limpo e cômodo, ou, melhor dizendo, é um conjunto de 5 edifícios isolados, dispostos em cruz. Um maior, com um amplo refeitório no andar térreo, duas enfermarias no primeiro andar, no centro. Dois edifícios, um pouco menores que o primeiro, estão dispostos simetricamente nos lados e servem para dormitórios. São tão altos e arejados que podem, em caso de necessidade, ser alongados facilmente. Em um primeiro bloco improvisado está um maior número de emigrantes. Um quarto bloco, de frente ao edifício central, para os escritórios, e um quinto bloco, ao lado deste, para as despensas e cozinhas.

A Hospedaria pode abrigar, convenientemente, quase mil pessoas. Hospedar um número maior seria um perigo para a saúde pública.



Vista da vila de Santa Cruz (Aracruz), na foz do rio homônimo, por onde entravam os imigrantes com destino à colônia de Pietro Tabacchi; Núcleos de Santa Cruz, Accioly de Vasconcellos e Demétrio Ribeiro. APEES OPG 041 (circa 1920).

III. DAS COLÔNIAS DO RIO DOCE

12 DE FEVEREIRO. A região colonizada do Espírito Santo ao sul do rio Doce que se liga ao rio, foi excluída do meu roteiro de viagem. Assim, não deixei perder a boa ocasião que me foi apresentada, em Vitória, de informar-me sobre as condições dos nossos colonos estabelecidos nos núcleos, Antonio Prado, Acioli Vasconcelos, Moniz Freire e Demétrio Ribeiro, entrevistando o correspondente consular de Pau Gigante, o comerciante italiano Sr. Umberto Guidetti, estabelecido há 9 anos no centro do núcleo Accioli Vasconcellos, em Pau Gigante, que pareceu-me bem informado sobre a situação econômica e sanitária do vale do rio Doce, quando estive com ele no Consulado pela primeira vez.

O núcleo Antonio Prado é como uma continuação do núcleo Timbuhy, e alonga-se na parte baixa daquele mesmo rio Santa Maria do rio Doce, que banha na sua parte alta a seção do Baixo Timbuhy; em seguida, ao longo do rio Mutum, afluente do rio Santa Maria e ao longo do rio Santo Antonio, afluente também esse do rio Doce.

Mesmo distante de Linhares, cidade situada na margem esquerda do rio Doce, e a 70 Km do Oceano, o núcleo Antonio Prado também faz parte deste vasto município. Está centralizado na confluência do rio Santa Maria com o rio Mutum, e foi fundado em 1887 sobre uma extensão de 170 Km².

O núcleo Acioli Vasconcellos é banhado pelo rio Pau Gigante e seus afluentes Ubás e Triunfo e por uma quantidade de córregos que são seus tributários e tornam a região muito fértil. Este também pertence ao município de Linhares. Está centralizado na margem esquerda do rio Pau Gigante e a 26 quilômetros da lagoa do mesmo nome que, do próprio, forma-se não muito longe do rio Doce. Foi fundado na mesma época do anterior, em uma área de 180 Km² de extensão.

Prosseguindo pelo vale do rio Doce, no sentido do seu curso, encontramos um outro núcleo, o Moniz Freire, que é banhado por dois cursos de água: o Cavalinho e o Ribeirão. O primeiro, corre perpendicular ao rio Doce e deságua em sua proximidade, na vasta lagoa do Limão; o outro deságua diretamente no Oceano Atlântico, após atravessar uma vasta região pantanosa e insalubre. A sede do núcleo encontra-se à margem direita do rio Doce, a 27 Km do município de Linhares, e possui um vasto e mortífero território que será a sepultura de quantos forem os imigrantes que pretenderem colonizá-lo, como já foi a sepultura de milhares dos nossos colonos, importados com despesas pagas pelo Estado do Espírito Santo, no ano de 1894 – ano este que, se presume, tenha sido o ano da sua fundação – e nos primeiros meses de 1895. Devido a grande mortandade, o nosso Governo proibiu a emigração para o Estado, proibição esta que ainda perdura.

O quarto núcleo central, de Demetrio Ribeiro, cuja área é de 150 Km², é confinante com o divisor de águas do rio Doce e do rio Pirajú-Assú e é banhado por este último, que deságua no oceano e por seus tributários.

Fiz uma breve referência a estes núcleos porque é neles que se pretende, no futuro, enviar as novas imigrações europeias, que por acaso chegarem ao Estado do Espírito Santo. É desse vale do rio Doce que por lá se fala toda vez que se pensa na idéia de novas colonizações europeias. E é também sobre esse vale que eu conversei com o Sr. Guidetti.

“Qual é a condição econômica daqueles colonos pequenos proprietários no vale do rio Doce?” perguntei-lhe.

“A crise do café derrubou todos, grandes e pequenos. Quando o café valia 21 mil réis e até 23 mil réis a arroba (1895) tudo ia bem, de vento em popa; gastava-se e esbanjava-se sem se pensar no dia de amanhã.

Ninguém supunha que o café pudesse baratear tanto. Pensava-se, pelo contrário, que a desvalorização da moeda poderia aumentar ainda mais o preço do café. Mas, pelo contrário, isto não aconteceu. O papel-moeda continuou a desvalorizar bastante e também o café. O esbanjamento dos bons tempos tomou de surpresa os colonos com a chegada da crise e, para sobreviverem, tiveram que hipotecar os seus lotes. Para aqueles que vivem muito distantes do centro de mercado, o café ficou tão desvalorizado que o cultivo do milho se tornou mais rentável, porque o café precisa ser transportado até o mar. Por exemplo: para os colonos do rio Mutum, no núcleo Antonio Prado, vale 1.500 réis ou até um mil réis para cada 15 kg, enquanto que o milho, que é consumido na região de dono de tropas, vale hoje de 5 ou 6 mil réis cada saco de 80 litros, e um mês atrás valia ainda mais.”

“O que acontecerá então se a crise persistir e se – Deus não queira – aumentar de intensidade?”

“Muitos deveriam, com certeza, abandonar a cultura do café, e, mais ainda, abandonarem suas terras para os credores e irem embora.”

“São muitos os que vão embora?”

“Sim, muitos e continuamente. E iriam quase todos, uns 90%, se tivessem meios para emigrar, e se os comerciantes – considerando-se que o terreno hipotecado não vale hoje o preço da hipoteca, e que, menos ainda valeriam, caso fossem abandonados os cultivos –, não acabam sendo tolerantes com os colonos devedores.”

“É assim tão fértil como falam o vale do rio Doce?”

“É verdadeiramente fértil, mas em algumas localidades é muito insalubre. A colônia Antonio Prado está muito longe do centro e os transportes são caríssimos. A colônia Acioli Vasconcelos, antigamente chamada Conde D’Eu e, posteriormente, Pau Gigante, é muito fértil por causa da bela rede hidrográfica que a cobre. O núcleo Moniz Freire está, na maior parte, situado em terrenos pantanosos: a opilação, as febres palustres e até o beribéri são doenças muito comuns. Demétrio Ribeiro é um núcleo bem afastado e difíceis se tornam as comunicações.”

“Então o vale do rio Doce não é aconselhável ao nosso imigrante?”

“Não, nele não se pode gozar boa saúde. A água que é obrigada a beber é infectada, o ar que se respira é malsão.”

“Até vinte quilômetros das margens do rio Doce a saúde das pessoas é péssima”, confirmava um negro que conhece muito bem o vale do rio Doce e que estava presente, durante a nossa conversa.

“E tem mais – continuou a falar o Guidetti – passa-se da inundação à seca e da seca à inundação; não há equilíbrio na distribuição das chuvas. Não seria nem humano – concluiu – introduzir novos colonos se, aqueles que aqui estão, procuram, não sem razão, ir embora.”



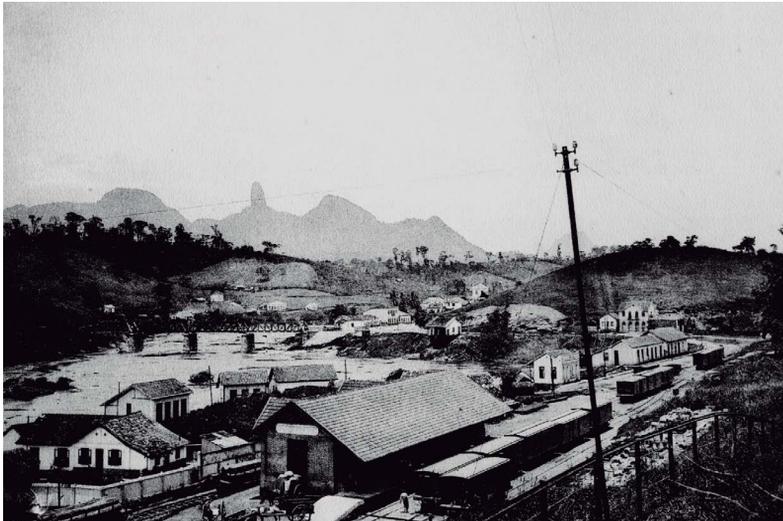
Vila de Colatina (parte nova). Núcleo Antônio Prado. IPHAN-ES EDO.0105. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).



Conde d'Eu (Ibiraçu). Núcleo Accioly Vasconcellos. IPHAN-ES EDO.0109. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).



Grupo colonial Santa Leocádia, Serra dos Aymorés, São Mateus. IPHAN-ES EDO.0269. Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).



Estação Muniz Freire - Cachoeiro de Itapemirim, 1910. BR ESAPEES JM.14.92.



Trecho da Estrada de Ferro Sul Espírito Santo – Ligação entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, cruzando a região de colonização italiana visitada pelo autor, 1910. BR ESAPEES JM.14.1.125.

IV. DE VITÓRIA A SÃO JOÃO DE ALFREDO CHAVES

13 DE FEVEREIRO. Para ir à ex-colônia Castello é necessário pegar a ferrovia que do porto das Argolas, em frente à cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, parte para as cidades de Viana e Braço do Sul do Jucu, esta última hoje denominada Marechal Floriano.

Se minha chegada até esta última estação foi fácil, não o foi, porém, para chegar até Matilde. Isso se deu no mais original dos modos, porque, mesmo estando com uma alegre companhia, é verdade, fiz aquele trajeto de 30 Km de ferrovia carregado como mercadoria humana, sobre um vagão descoberto, junto com uma enorme pedra. Vez por outra a nossa bagagem, as nossas roupas e também a nossa pele estavam sujeitas aos maléficos efeitos da chuva de fogo que caía da chaminé da pequena locomotiva, logo na nossa frente. A cada quilômetro de estrada desenvolvido pela máquina, feito como a passo de homem, era necessário parar sob um sol escaldante, durante uns vinte minutos ou mais, para dar tempo aos operários de concertarem um pedaço da ferrovia. Mas não podíamos, aliás, exigir muito de um transporte feito “por amor de Deus”, porque era um transporte de favor aquele, e tivemos muita sorte ainda, pois chegamos à estação de Matilde às 4 horas da tarde, ponto final da viagem por ferrovia: teria sido melhor se tivéssemos posto o carro que nos transportava à frente ao invés de atrás

da máquina. Me lembrarei da próxima vez. Foi meu companheiro, naquela viagem atípica, o Sr. Anton Hegner, um alemão gracioso, amável e bem humorado que é sócio de uma importante firma de exportação de café de Vitória, a quem devo ainda gratidão por não chegar completamente em jejum em Matilde.

Um mês após a minha passagem, deveria iniciar, de verdade, o tráfego por aquele ramal de 30 Km que está destinado a fazer importantes serviços às ex-colônias Castello e Rio Novo. A estação de Matilde já estava pronta quando passei por lá.

O Sr. Hegner dizia-me que nos anos 1893-94-95, quando o café era caro, várias casas importadoras de Vitória mandavam para o interior do Estado centenas de caixas de Vermouth, licores e vinhos espumantes. Os vinhos italianos, tais como: o Chianti, o Barbera, o Lacrima Cristi eram importados e introduzidos em grande quantidade. Hoje, bebe-se só cachaça, cerveja e um vinho português chamado Virgem que, de tão ruim, é necessário misturá-lo para beber. O café, com o preço alto que havia alcançado, iludiu aqueles colonos e hoje percebe-se duplamente o sacrifício de uma vida determinada por impiedosa economia.

Uma outra informação me foi dada por aquele excelente companheiro de viagem, que depois reencontrei por mais duas vezes na minha excursão pelo Espírito Santo: o café vem do interior para Vitória muito mal preparado, de forma que o preço alcançado deixa pouquíssima margem de lucro para o colono que o produz. Mas uma casa anglo-americana, a Hard Rand e C., com engenho próprio, realiza em Vitória um novo tipo de beneficiamento do café, de

tal maneira que o café, que anteriormente valia 5.000 ou 5.500 réis a arroba, trazido para Vitória, passa a valer 6.500 a 7.000 réis.

Giácomo Provedel, vêneto, ex-colono, hoje um atravessador de café, que mora nas proximidades da nova estação ferroviária de Matilde, ofereceu-me uma hora de prazerosa hospitalidade. Informou-me que no distrito de Matilde o médico vem de Alfredo Chaves, sede do município, e cobra para cada consulta de 1 a 2 contos de réis! Acrescento eu que ainda alguém pode declarar-se satisfeito se o médico, que lhe vem com tais pretensões, não for um simples curandeiro.

Com Piero Malini – que me foi extremamente liberal em atenções e afabilidades, e portanto foi meu guia na viagem através das colônias do município de Alfredo Chaves – dirigi-me para o centro da antiga seção de Matilde, onde o comerciante italiano Angelo Modolo estabeleceu-se há 22 anos e é subdelegado de polícia e agente do correio, concedeu-me uma acolhedora hospitalidade por aquela noite. O senhor Modolo, que é um homem de ação e muito lúcido, conhece naturalmente muito bem como vão as coisas no ex-núcleo Castello. Ele está sempre em contato com os colonos, seja como funcionário público, seja como comerciante. Dizia-me que, por ordem do governo, realizou o recenseamento do distrito de Matilde, em 31 de dezembro de 1900, e encontrou uma população de 2.322 habitantes, dos quais, apenas uma centena são brasileiros e os demais italianos, quase exclusivamente da região do Vêneto. O número de famílias totalizou 371.

“A vida destes italianos – me dizia o senhor Modolo – transcorre tranquila. Nota-se, é verdade, uma certa inveja por parte dos nativos,

os quais não tendo nem a persistência nem a operosidade necessária para prosperar nos negócios e muito menos na agricultura, hostilizam como podem e, na maioria das vezes, com manobras que se tem o mau costume de chamarem políticas, mas que bem mereciam ser chamadas por outro nome. Aqueles colonos que foram econômicos e perseverantes nos tempos dos bons negócios prosperaram e resistem bem nestes tempos de intensa crise; os menos previdentes, que são infelizmente a maioria, possuem dívidas e seus lotes acabarão, mais cedo ou mais tarde, por cair nas mãos dos seus credores.”

O centro de Matilde, que mesmo sendo a sede do distrito, é composto, como de costume, por poucas casas. Três ou quatro casas dispostas isoladamente em uma fila. Os italianos haviam construído um edifício para a escola, me conta o meu informante, que naquele tempo custou 2 contos de réis. A escola durou por um período de 3 anos, depois foi extinta por medidas de economia e o prédio agora é utilizado pela polícia e pelo juiz distrital. Portanto, aqueles italianos não possuem mais nem a escola, nem o prédio construído por eles próprios.

Pelos planos que organizei naquelas excursões do ex-núcleo, concluo, no que diz respeito a seção de Matilde propriamente dita (sem incluir a subseção de São Pedro), que a população italiana é composta por 37 famílias, que formam um total de 240 indivíduos, com 163 filhos. Das 37 famílias, 23 são da província de Treviso, que encontraremos depois representada, em uma vasta escala, em todas as seções do ex-núcleo. Outras 5 são da província de Vicenza e as outras são das províncias de Veneza, Údine, Belluno e Cremona.

Vinte e nove daquelas famílias emigraram no ano de 1880, uma em 1885, duas em 1890 e as outras restantes nos anos sucessivos até 1895, ano das últimas imigrações subsidiadas.

14 DE FEVEREIRO. De Matilde, transfiro o meu centro de pesquisa para a sede da seção Carolina, onde o Sr. Malini está estabelecido com uma venda. Mas não permaneço no local, parto com ele e outros dois italianos para uma excursão pelas seções de Iracema, Urânia e Victor Hugo.

Os lotes dos colonos, situam-se em geral, do lado de cá e do lado de lá das margens dos rios e dos córregos que são afluentes do rio Benevente. A estrada que percorremos sobe a grandes altitudes, até o ponto culminante chamado o Calvário, por causa das três cruzeiras que estão ali fincadas sobre a colina. Lá de cima avista-se uma vasta e majestosa extensão de montanhas. À proporção que se vai subindo em direção às nascentes dos rios de longo curso o ar torna-se mais saudável. Mas, em compensação, as terras tornam-se frias, como se costuma falar aqui, isto é, estéreis.

Finalmente, estamos chegando às nascentes do rio Benevente e não é de se admirar que enquanto a saúde é boa, a colheita é escarsíssima. A terra não dá mais café e dá muito fracamente o pobre milho que é suficiente, apenas, para não se morrer de fome. Esta é a situação que eu pude constatar nas seções de Urânia e de Victor Hugo, mas especialmente nesta última.

Percorremos 21 Km do centro da seção Carolina, quando fizemos uma parada na localidade que serve de centro à seção de Urânia.

nia, onde está o lote do colono Berto Moro⁹, homem excelente, espírito de grandes pulsações patrióticas, mas que infelizmente está ausente. Mas, sua esposa, educada na mesma escola do marido – o qual, mesmo não o conhecendo, percebi e reconheci ser ele um verdadeiro altruísta e um belíssimo tipo de colono – faz muito bem as honras da casa e percebe logo a minha sede de informações e esclarecimentos.

Repetidas vezes disse que sente muito pelo seu marido não estar presente e não poder ele mesmo dar-me as informações. Mas, ao mesmo tempo procura alguns colonos, pequenos proprietários da região, para que eu possa conversar e ela mesma me dá informações.

A noite, no clarão da lua, que ilumina o quintal da humilde casa daquele colono, reúnem-se ao meu redor muitos colonos italianos das duas seções de Urânia e de Victor Hugo, os quais estão, também, bastante informados sobre a região do Alto Castelo e da zona de fazendas vizinhas a Victor Hugo, região que eu não poderei visitar nesta ocasião, para não me afastar muito dos núcleos coloniais.

Da seção Victor Hugo partem colonos continuamente, pois não sobrevivem com a produção dos seus lotes. Esses não querem mais saber daquela propriedade irrisória e ingrata e preferem trabalhar nas fazendas como meeiros, para os proprietários agrícolas. As famílias da seção que ocupam lotes, atualmente, não passam de 13 e algumas, não poucas, apropriaram-se de dois ou três lotes. Oh! Mas o Governo do Estado do Espírito Santo não precisa se preocupar

9 N. E. O autor cita apenas o nome de família: Bertomoro.

com essas posses criminosas, como justamente as chamam. Aqueles vitoriosos não são invasores de terra, procuram somente o usufruto, e com o seu trabalho multiplicado esforçam-se para produzirem, pelo menos, aquela quantidade de milho bastante para alimentar suas famílias e criar alguns porcos. Eles foram enganados quando o comissário do governo local os colocou naquelas terras pobres que não pagam sequer o grande trabalho que exigem.

Urânia é um pouco menos estéril. As famílias que ali ainda vivem são 36, mas também nesta região as deserções são constantes. A criação de animais, feita em pequena escala, faz com que se torne mais suportável a condição econômica de algumas famílias, mas somente poucas conseguem adquirir e criar um grande rebanho. Onde está o capital para fazê-lo se falta o mil réis até para se alimentar?

Antonio Daròs é, de toda a seção, aquele que está em melhor situação. É, portanto, um pequeno criador de animais. Como pôde conseguir esta situação? Ele emigrou da Itália com algumas centenas de liras que ganhou nas suas emigrações temporárias na Prússia. Também Paolo Lorenzoni, Pietro Darè, Antonio Pizzola e Angelo Gradini¹⁰, conseguem, com a criação de animais, um lucro suficiente. Todos esses colonos mencionados têm seus lotes fazendo divisas entre si. Isto nos faz entender que o empreendimento de suas criações de animais também é favorecido pela qualidade do terreno que lhes foi destinado. Todos fazem parte das emigrações acontecidas no último ano do império. Mas de todos estes, para não

10 N. E. Paolo Lorenzon, Pietro Da Rè, Antonio Pizzol e Angelo Gradin, conforme dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo. APEES.

falar dos outros que não citamos e que são exclusivamente modestos produtores agrícolas, somente Darè e Pizzola possuem o título definitivo de propriedade do lote que ocupam. Outros poucos possuem o título provisório.

E cabe ainda, mais uma vez, perguntar: é assim que se coloniza? É assim que se emancipam as colônias, abandonando-as, prematuramente, à própria sorte? Aquelas não são colônias, ou seja: são colônias feitas após a queda do império.

15 DE FEVEREIRO. No outro dia de manhã quis visitar a mais pobre das duas seções. Dirigi-me até o colono mais abastado desta seção, Osvaldo Cosimo¹¹, cujo lote está localizado no centro da seção Victor Hugo. Pelo caminho, conversei com o colono Giovanni Moretti, cuja situação econômica é bastante modesta. O casebre onde mora, com 3 filhos, tem somente dois pequenos cômodos. No entanto, ele ainda encontra lugar para um pequeno altar ao seu protetor, Santo Antonio. Moretti, além de ser paupérrimo, está com opilação ou, melhor dizendo, está com opilação porque é por demais pobre. A América realmente não o tem tratado bem nestes 8 anos que aqui reside. Ao lado do lote do Moretti está o de Francesco Gratieri, que tem 8 filhos, descarnados, opilados e esfarrapados. São 10 anos que vivem na América em uma verdadeira situação de miséria e fome. É um daqueles casos que, ao invés de pedir informações, você sente a obrigação de dar alguma ajuda pecuniária. A constatação de tanta

11 N. E. Possivelmente, trata-se de Osvaldo Cosmo, filho de Antonio e Domenica Celant. Imigrou em 1893, aos 27 anos, conforme dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo. APEES.

penúria, sem poder deixar, ao partir, àqueles pobres deserdados da sorte, nem ao menos uma palavra de esperança, produziu em mim um sentimento de tristeza e humilhação.

Giuseppe Ferrari possui dois lotes e cultiva ainda um pedaço do terreno do vizinho que um colono abandonou. De todos os lotes, colhe apenas o suficiente para viver.

Oswaldo Cosimo é o único em toda a seção que não é pobre e que tem, pelo menos, o título provisório de dois lotes: um do pai e um dele, que ocupa desde 1883. Na casa dele, onde pelo menos é possível colocar os pés, chegam os colonos Giuseppe Ceolin e Vittorio Magnani, ambos emigrados em 1895. Ceolin tem 5 filhos e ocupa dois lotes e em três alqueires de terra e o milho que colhe não dá para a família, de tanto que aquela terra é estéril. Magnani tem três filhos e, além do seu lote, plantou em outros dois que foram abandonados pelos colonos. De todos os lotes, colhe somente 75 sacos de milho. Aqueles três lotes que deveriam produzir o suficiente para alimentar três famílias bastam apenas para alimentar, miseravelmente, uma só família. Mas esta não é ainda uma solução possível, porque o excesso de trabalho a que a terra de qualidade inferior condena aqueles colonos é difícil de suportar, sem danos para a saúde, alimentando-se somente de polenta.

Aqueles colonos contam que C. de C., funcionário do extinto Comissariado de Terras e Colonização, apropriou-se de uma centena de contos de réis, desembolsados pelos colonos, pequenos proprietários, para poderem obter o título definitivo da terra. E desapareceu, também, com os respectivos documentos, isto é: passaportes,

talões, títulos provisórios, plantas, memoriais, etc., tornando de tal maneira muito difícil, mesmo com um novo pagamento, a obtenção do título definitivo. Dizem-me que ele não foi processado em consideração ao seu irmão P. C., que fazia parte do governo do Estado do Espírito Santo.

No entardecer, retornamos para Carolina.

Em Iracema, a seção que atravessamos, a situação econômica dos colonos é satisfatória. A terra dá café, milho, cana-de-açúcar; porém, a seção é pequena: 10 famílias ao todo, as quais emigraram a partir de 1879 e totalizam 59 pessoas.

Giacomo Fassarella, que tem 20 anos de América, possuía seu lote na seção Maravilha e teve que cedê-lo para saldar uma dívida de 5 contos de réis. O credor, que está presente, confessa que se ele o quisesse de volta, o cederia hoje pelo preço de dois contos de réis. É sinal que as coisas não vão muito bem. No lote da seção Iracema, comprado por Fassarella pelo preço de 850 mil réis, pago em prestações, ele colhe até 200 arrobas de café e milho, suficientes para o consumo da família, que é reforçado com a criação de animais e fabricação de queijo.

Alguns daqueles colonos cultivam um pouco de uva. No lote da colona Maria Zavarise, que ainda não havia acabado a vindima, pendiam ainda pelo parreiral centenas de cachos maduros. O vinho, porém, não me agradou, era por demais seco.

À noite, em Carolina, na grande sala do meu anfitrião, reuniram-se uns quarenta colonos, de todas as idades e províncias, mas a maioria era de vênets. A impressão que tive da situação econômica

deles foi bastante satisfatória, porque tanto a terra como a saúde eram boas. Aquele pequeno mundo rústico, que fala uma língua que não é nem a italiana, nem a portuguesa e nem o dialeto vêneto, mas uma mistura de todas, me deixou uma forte impressão viva que ainda perdura no meu espírito. Sou ainda muito agradecido ao meu anfitrião, que me proporcionou este encontro, o qual foi muito proveitoso e de úteis reflexões.

Porém, não é um encontro como este que minhas considerações encontram respostas e de todas as minhas reflexões somente uma seria a mais aproveitável; o verdadeiro colono, útil a si mesmo e ao país que o hospeda é aquele assentado como pequeno proprietário, em uma terra de primeira qualidade e em regiões salubres. Deveria ter dito útil também para a pátria, mas se tivesse dito isto seria levado a fazer algumas outras considerações, que eu já me propus a omitir. Estou feliz em poder afirmar que eles amam a sua pátria e, para aqueles colonos das primeiras imigrações, aquele foi um dia de festa, dia no qual puderam reunir-se, entreter-se comigo para falar da sua querida Itália, que deixaram fazia mais de 20 anos e que desejavam com ardor poder revê-la.

Dos levantamentos que eu fiz, pude obter os seguintes dados: a seção de Carolina, propriamente dita, possui 39 famílias, com 266 pessoas. Na maior parte, são da província de Treviso (32). As outras também são todas do Vêneto: de Verona e Belluno. E também da província de Údine. Dessas famílias, 25 imigraram em 1879, outras 6 famílias um ano depois e poucas a partir de 1890 em diante. Na seção de Itacuruby, que na verdade é uma subseção de Carolina,

vivem 14 famílias, com 85 pessoas. Todas, menos uma, são da província de Treviso e 8 dessas famílias vivem na América há 23 anos.

Na seção de Cedro existem 23 famílias, com 176 pessoas: 7 famílias são de Treviso, outras tantas são de Údine, 2 de Vicenza, 3 de Belluno, 2 de Módena, 1 de Cremona. Onze dessas famílias imigraram em 1879, as outras, de 1883 até 1891.

16 DE FEVEREIRO. A seção de Maravilha divide-se em duas: Baixa e Alta Maravilha, conforme se desce em direção à confluência ou se sobe em direção à nascente.

Acompanhado do Sr. Angelo Travaglia, um italiano que tem alguma instrução, parti com a intenção de visitar a parte Alta da seção, onde fui informado que o terreno é muito pobre, por causa da qualidade inferior.

Pelo caminho, deparamos com colonos daquela seção: Luigi Mistura, que possui um lote em Alta Maravilha, a três horas de Carolina, e Antonio Guidolini, estabelecido um pouco mais distante. Estavam com eles os colonos: Rizzieri Campi e Guglielmo Vazzoler, ambos de Baixa Maravilha. Reuni-me a todos na casa de Giovanni Bassani, que morava o mais próximo de onde eu estava, e pude então ser informado sobre a situação da seção e destinar esse dia para visitar mais outra, essa também muito pobre. Em toda a Alta Maravilha encontram-se 19 famílias, com 90 pessoas, na maioria da província de Mântova, que imigraram em 1887 e em 1892. Nenhuma delas possui o título de propriedade, nem mesmo o provisório. O senhor Mistura colhe 50 arrobas de café, e Guidolini, com 3.500 pés de café, produz somente 12 arrobas! As condições daqueles colonos



São João, Núcleo colonial de Alfredo Chaves. IPHAN-ES EDO.0031.
Foto: Eutychio d'Oliver (1907-1908).

são verdadeiramente precárias e parecidas com aquelas dos colonos de Victor Hugo.

O mesmo não acontece com os proprietários da parte Baixa da seção, com 23 famílias, 188 pessoas, na maioria da província de Treviso e da província de Mântova, que imigraram entre os anos de 1880 a 1894. Onze deles possuem o título definitivo do lote e alguns possuem mais de um lote, assim como também o senhor Valentino Campo Dall'Orto que possui quatro lotes, três dos quais com título definitivo. E o colono Largura tem três já com título definitivo. Porém, quatro dos colonos de Baixa Maravilha trabalham como meeiros para os verdadeiros proprietários, por causa das dívidas que fizeram com os comerciantes.

O filho do colono Bassani, na casa do qual estou reunindo essas informações, foi vítima de uma injustiça que merece ser contada.

Ele possuía na seção de Araguaia um lote, número 374, do qual pude ver o título definitivo, tudo quitado, do qual pagou 259.600 réis. O negro Manoel Ignacio Loyola apropriou-se desse lote arbitrariamente, menosprezando a lei, o vendeu ou cedeu em pagamento de uma certa dívida por ele assumida com Adolfo Kuster, um alemão, que por sua vez passou-o para o polonês Francisco N. N., do qual o tem agora em aluguel. Em 1896, Giovanni Bassani, o verdadeiro proprietário do lote, havia feito todo o processo judiciário para retomar a posse, gastando, para tanto, 400 mil réis, sem conseguir nada. Mas este não foi o único problema que aconteceu com o Bassani. Há alguns anos atrás, ganhou setecentos e tantos mil réis em trabalhos executados na construção de estradas, por ordem e por conta do governo do Espírito Santo, que nunca conseguiu que lhes fossem pagos. Nem mesmo com este crédito ele pôde obter gratuitamente o título definitivo da propriedade do lote que ocupa: se o quis, teve que pagá-lo.

Encontrei vários outros casos de ocupação arbitrária, seja por parte de particulares, seja por parte das autoridades. Da minha parte, não faltou o meu apoio e encorajamento aos colonos por onde passei, para que expusessem seus problemas à autoridade consular da capital do Estado. Mas, é necessário esclarecer a esse respeito que os colonos das mais antigas imigrações no Espírito Santo, acostumados desde a longo tempo a não terem a quem se dirigir para fazer valer os seus direitos, parecem ignorar que o governo de sua pátria mantém um Consulado em Vitória. Assim, enquanto aqui e ali os abusos e as injustiças tornam o mais fraco vítima do mais forte, o

Consulado em Vitória tem um trabalho verdadeiramente insignificante em relação aos muitos interesses dos italianos no Estado do Espírito Santo. Uma explicação para este fato pode ser encontrada na falta de correspondentes consulares e na dificuldade em nomeá-los, por causa do alto índice de analfabetismo.

Da casa do Bassani, sigo junto com o meu guia para o centro da seção Deserto. A chuva nos surpreende pelo caminho, mas o passeio é campestre e agrada aos olhos.

O colono Valentino Pezzini nos recebe em sua casa, construída em madeira, e nos oferece uma agradável hospitalidade. É um dos poucos abastados da seção. Aliás, um dos dois que ali existem, únicos que alcançaram uma relativa situação. O meu anfitrião possui 3 lotes com 7.000 pés de café.

Ele deseja que seus filhos, na hora oportuna, cumpram seu dever com a pátria e prestem o Serviço Militar e me diz que quase todos os colonos italianos mandariam seus filhos servir o exército se a viagem fosse paga pelo governo. Da minha parte, eu acredito. Para aqueles colonos obrigados a viverem uma vida quase selvagem, a vida militar oferece o benefício de educar seus filhos e dar-lhes uma instrução, mesmo que seja rudimentar.

O outro colono de Deserto, um pouco abastado, é Giovanni Pezzini, primo do primeiro. Possui 4 lotes, com 10.000 pés de café. Tem ainda várias cabeças de animais e um moinho.

Na casa do meu anfitrião, Valentino, encontro com um velho colono, muito pobre, como são quase todos os da seção Deserto. Este tal colono R. N. mora bem afastado do centro. Ele reclama dos altos

preços que a casa de comércio C. P. de C. de São João cobra dele. Consegui constatar os preços ao observar um caderno de conta corrente que o colono carregava consigo e os anotei na minha caderneta. De fato, são preços muito elevados, mas existem ainda piores. Contudo, aquela casa comercial possui uma reputação de honestidade.

A exploração é geral. Todos os comerciantes que vendem a crédito o fazem onerando por demais os colonos e aqueles que se endividam acabam por perder o seu lote. No Estado do Espírito Santo constituíram-se verdadeiras fortunas desta maneira. Estou sabendo de uma dessas, uma das maiores, que foi feita por um italiano, analfabeto, que conseguiu um grau de coronel da guarda nacional. Aquela fortuna alcançou uma cifra tão grande que lhe permitiu adquirir um feudo principesco na Itália. Contam-se das extorsões, das proezas, de agiotagem daquela fortuna! E, como deveria pesar-lhe nos ombros os galões de coronel!

A seção Deserto é composta de 22 famílias, com 130 pessoas. E todas, menos uma, são provenientes da província de Treviso. Emigraram nos anos de 1887-1893.

V. DE SÃO JOÃO DE ALFREDO CHAVES A CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

17 DE FEVEREIRO. Agora transporto o meu centro de pesquisa para São João, outro distrito dos três que compõem o vasto município de Alfredo Chaves. São João é para mim o centro mais útil da sede do município, para visitar, como quero, as seções do ex-núcleo do Rio Novo.

A colônia do Rio Novo se dividia em 5 núcleos, denominados Territórios, e está situada a sudeste da ex-colônia Castello e ao sul da ex-colônia S. Isabel, a mais antiga do Estado. Foi emancipada em 6 de março de 1880 e hoje, administrativamente, pertence aos municípios de Alfredo Chaves, Rio Novo e Piúma. É banhada pelos afluentes de direita e esquerda do rio Benevente e dos afluentes do rio Piúma.

São João de Alfredo Chaves, na atual divisão administrativa, isto é, como distrito municipal e não como seção da ex-colônia Rio Novo, compreende 233 famílias de colonos, pequenos proprietários que formam um total de 1.468 pessoas. Nele estão representadas quase todas as províncias das regiões da Lombardia e do Vêneto, pode-se dizer, de modo quase exclusivo. Das outras regiões da Itália haviam tão poucos representantes que nem vale a pena citar. Mas todos aqueles colonos se declaram satisfeitos de sua sorte. E quando são interrogados, eles não se lamentam de outra coisa, a não ser da desvaloriza-

ção do café, como acontece a todos, dos mais pobres aos mais ricos dos Estados brasileiros produtores de café. Eles fundaram uma nova Itália, mesmo tão longe da pátria que tanto amam; mas já estão ligados ao solo deste país que os hospeda, do qual já estão perfeitamente acostumados com o clima, física e moralmente.

Por causa da geral perturbação econômica, não faltam nem em São João as vítimas da crise. Tem quem de pequeno proprietário torna-se meeiro; mas, em geral, a colônia suporta bem as dificuldades do momento.

No mesmo dia, junto com Gabriele Malini, filho de Pietro, que nasceu no Brasil, faço uma pequena parada na seção de Nova Mântua, a 6 Km de São João. Ali, encontramos um dos poucos correspondentes consulares do Estado do Espírito Santo, o senhor Vittorio Cavallini, que encontro em um momento difícil, para que ele possa ser-me útil como ele gostaria. Como a seção de Nova Mântua, a vizinha Nova Estrela é também prospera, porque foi fundada em um bom terreno. Os vencidos são a minoria. Os restantes suportam a crise com coragem.

A seção de Nova Mântua conta com 25 famílias, que formam um total de 163 pessoas. São, na maioria, imigrantes de 1876 e 1877. São poucos os que compraram os lotes de segunda mão. E são provenientes das províncias da Lombardia.

Nova Estrela conta com 18 famílias, que formam um total de 99 pessoas, na maioria da região da Lombardia, de Mântova e da província de Treviso, que emigraram em 1876, 1877 e 1888.

Um velhinho, G. M., abastado e portanto desconfiado, colhe dos

lotes que possui mais de 1.000 arrobas de café e milho, uma quantidade que pode até criar um bom número de porcos. A desconfiança do homem abastado é porque sabe que suas taxas são menores do que deveriam ser, mas que é uma lógica natural e é característica do Brasil. Mas M. exprime sua desconfiança de uma forma nova: querendo fazer-me crer que o milho que lhe sobrava presenteava àqueles que mais precisavam.

“O senhor?” Perguntei. E não falei mais nada concentrando naquele monossílabo toda a minha desconfiança em não acreditar naquela caridade espalhafatosa, posta em público daquela maneira. Quando ele se foi, os numerosos italianos ali presentes disseram-me que, de fato, o velhinho era tudo, menos caridoso.

18 DE FEVEREIRO. As condições da seção próxima a São João, no extremo oeste da colônia Rio Novo, denominada Guiomar ou Cinquenta e Nove, por causa do número do lote onde foi fundada, não são tão favoráveis. A viagem para chegar a esta localidade é pitoresca e soberbamente bela. Mas, àquela altura, sobre o nível do mar, que tanto agrada aos olhos e que se expande até o oceano longínquo, é toda prejudicada pela qualidade do solo: a terra torna-se quase sempre menos produtiva e menos apropriada à produção de café. E a condição do colono, ainda mais pobre. Encontrei naquela região colonos verdadeiramente pobres, mais que isto, miseráveis, na viagem cansativa de 42 Km, desde São João.

Em Cinquenta e Nove residem 77 famílias, perfazendo um total de 393 pessoas. Aqui também nota-se uma situação precária: a média

familiar é de 5 pessoas, enquanto em São João a média é de 6,3 a quase 7, e às vezes mais de 7, nas melhores seções da ex-colônia Castello.

A filharada do colono no Brasil é bem maior quanto melhor for a situação econômica. Quando em 1891 escrevi sobre as nossas colônias em São Paulo, caracterizei a minha observação dizendo que o colono que está em boa situação não faz prévio planejamento dos gastos antes de fazer um outro filho. A maior parte dos colonos de Cinquenta e Nove é do último ano da monarquia e são provenientes da província de Verona; mesmo que as províncias de Treviso, Vicenza, Pádua, Cremona e Módena tenham seus representantes. De toda a colônia, em especial naquela região denominada “Caminho dos Veroneses” os colonos daquela província, Ambrosi e Dal Fior (cujos nomes representam um grupo de famílias ligadas por parentesco) e também os Rizzi e Vallani, estão em ótimas condições econômicas. O meu guia atribui à habilidade daqueles colonos a prosperidade que eles alcançaram, em comparação com outros colonos, mas é inverdade que a habilidade tenha se acumulado somente naqueles colonos. Se a todos fosse dada uma terra boa, todos teriam sido hábeis e prósperos.

Encontrei um tal Constantino Cristofori, da cidade de Luca, região da Toscana. É um caso muito raro encontrar no Brasil gente da Toscana trabalhando na terra. O Cristofori é pobre até o desespero, está doente e sofre do estômago, mas é ainda espirituoso e cheio de bom humor. Tem um filhinho de três anos nascido no Brasil. Ele falava com o verdadeiro sotaque da Toscana, como se tivesse saído de Ponte a Moriano no dia anterior.

19 DE FEVEREIRO. Nas seções de Rodeio e Monte Alegre, que eu visitei, sempre partindo e voltando a São João, encontrei os colonos mais endividados e perseguidos pelos credores. Um após o outro, os pobrezinhos estão perdendo sua pequena propriedade para os comerciantes, os quais não têm limite nos preços que impõem aos seus clientes e para eles ainda parece pouco o que cobram, por exemplo:

- O fubá, 1 mil réis o quilo (1,20 libras);
- O arroz, idem, idem;
- O bacalhau vai de 1.800 réis a 2 mil réis o quilo. (2,15 a 2,40 libras).

E impuseram aos seus devedores os juros de 12% (doze por cento) ao ano, a serem calculados e capitalizados a cada três meses, antecipando a falência daqueles pobrezinhos, tomando-lhes os lotes. Muitos, especialmente na seção de Monte Alegre, agora não são nada mais que meeiros.

O colono V. A. da seção de I chamou-me à parte e, entrevendo em mim um vislumbre de esperança de salvação, desabafou desesperado. Desse desabafo eu traduzo diminuindo bastante em poucas palavras o estigma desumano de agiotagem que aqueles comerciantes se fartam, sugando o sangue daqueles pobres desgraçados! Quando não é um fazendeiro que explora os seus colonos na sua casa comercial, é o comerciante mais próximo que se encarrega disso. Mais dois anos com esta crise e acontecerá como em Timbuhy, ficará destruída a pequena propriedade agrícola do Estado do Espírito Santo, que era, somando tudo, um bem sucedido método de colonização.

Uma questão de litígio territorial entre dois municípios, na qual comanda a oposição o comerciante de R., o mineiro C. G., pessoa, na verdade, extremamente cortês, colocou os colonos em uma posição contrária ao partido o governo. A fim de atender aos seus propósitos políticos, o Sr. G. fez os colonos assinarem uma declaração de caráter agressivo. Porém, os colonos nada entendem daquilo e nada têm a ganhar, nem mais tranquilidade, nem para os seus negócios. Uma mesma propriedade de terras é, naquele vai-e-vem político, totalmente desmembrada: metade de um lado e metade do outro. Alguns colonos, que têm seus lotes no território litigioso, não sabem se pertencem ao município de Piúma ou aquele de Rio Novo. E vivem com medo, não sem razão, que possa desencadear sobre o lugar e sobre suas casas uma tempestade, pois eles vivem ali há 24 anos. Sabem o vento que sopra e como o povo que os hospeda, por qualquer motivo, possa colocar seu ardor tropical em uma luta política municipal.

Rodeio, Monte Alegre e Retiro, todos somados contam 97 famílias italianas, com 550 pessoas. Os da província de Verona e da província de Treviso são a maioria. Pude contar mais de 20 famílias de meios trabalhando em lotes. E estes números vão crescendo a cada dia, caracterizando a decadência da pequena propriedade agrícola, preanunciando, como pude observar, o futuro desaparecimento.

Aqueles italianos informaram-me que quando morre um colono, e sabem que seu lote tem algum valor, é feito por meio da lei o inventário da propriedade, avaliando-a, me dizem, com um valor maior, ficando assim mais pesados os encargos e despesas judiciais (creio tratar-se de taxas de sucessão!). Muitas vezes acontece que o

herdeiro não pode pagá-las, então sua propriedade é posta em leilão. Se estiver hipotecada, o credor está seguro que poderá obtê-la mediante simples pagamento daquela lista de taxas. Se for um outro comprador, além do montante da citada lista, deverá pagar a dívida da hipoteca e algo mais se for necessário. Assim, a viúva e os órfãos ficarão sem a terra e sem um tostão. Porém, esta manobra acontece somente quando a terra tem algum valor e alguma margem de lucro, assim o comprador a revende com facilidade e por conta própria, embolsando para si a diferença.

Que valha como exemplo um dos muitos casos que me foram contados. Quando o marido de Caterina Salvatore morreu, a viúva, que devia ao comerciante T., de Alfredo Chaves, a quantia de 4 contos e 200 mil réis, aproximadamente, teve que vender o seu lote em leilão por cerca de 500 mil réis, por causa das mencionadas despesas judiciais. Quem comprou seu lote foi Elia Mondini, de Benevente, o qual não podendo pagar a pesada dívida da hipoteca, cedeu-a com uma vantagem, no preço do leilão, ao credor T. Este o vendeu, em seguida, por 6 contos de réis, sem no entanto dar sequer um tostão da diferença à viúva. E pensar que somente aquela diferença teria bastado para ela e sua família retornarem à Itália! Estes atos de exploração feitos contra as viúvas e os órfãos são um resumo digno da contínua exploração que os colonos sofrem em suas vidas, por causa do fiado oneroso que estão sujeitos pelos comerciantes e pelas hipotecas.

20 E 21 DE FEVEREIRO. Deixo São João e dirijo-me a Cachoeiro de Itapemirim, importante centro de uma zona cafeeira e de fazendas.

Passo pela seção de Nova Estrela, que já falei, e constato uma razoável situação daqueles colonos. Passo pela seção de Inhaúma e Virgínia Velha para, enfim, chegar em Virgínia Nova. A viagem é pitoresca. Os lotes são bem cultivados, os cafezais carregados, as casas dos colonos atestam a boa situação de seus proprietários. As enormes montanhas e os maciços de pedra sucedem-se sem parar ao longo do caminho. Mas, os colonos nem prestam atenção às estradas que, por causa do seu estado lastimável, passam somente as tropas de burros e não permitem o transporte de blocos de pedra. Mas é interessante reconhecer que o clima e a convivência fizeram do colono italiano um homem muito parecido com o nativo, pela indolência e pela familiaridade. Não tem iniciativa e nem espírito de progresso. E expressando-me em um termo exótico, um “routinier”. Com tanta riqueza de pedras que vi em todas as excursões que fiz para São João, Rodeio e Inhaúma, encontrei apenas duas construções de pedra, um pequeno muro de um cemitério, não lembro onde, e a igreja de São João, ainda inacabada, e construída erroneamente.

Virgínia, Novo Mundo e Inhaúma são colônias prósperas, que compreendem em seu território 73 famílias de pequenos e abastados proprietários, com 418 pessoas. Na maioria são das províncias de Belluno, Verona, Treviso e Bérgamo, que são representadas em larga escala. Poucos são os de Pádova, Mântova e Vicenza. Aqui encontramos os colonos das mais antigas imigrações do Estado do Espírito Santo, que são os que aqui chegaram em 1876 (umas vinte famílias) os de 1878 e 1880, mas não são poucas as famílias que aqui chegaram a partir de 1889.

O meu anfitrião, o belunese Giovanni Zanollo, pai de 10 filhos, possui a melhor casa de Virgínia Nova. É um verdadeiro exemplo de colono e um dos casos mais interessantes que encontrei nas minhas excursões através das colônias do Espírito Santo. Imigrou com sua família no ano de 1880 e, com o bom senso e o trabalho constantes, soube alcançar uma situação abastada, que nunca o afastou da sua linha de conduta de simplicidade de homem do campo que havia sido criado. Esta simplicidade não lhe impediu de tornar-se um hábil fotógrafo amador. Perto da tulha do café, que colhe com abundância nos 4 lotes de sua propriedade, tem seu estúdio de fotógrafo, equipado com suas máquinas e todo seu arsenal fotográfico. Mas não é somente desta maneira que Zanollo demonstra ser um antigo apaixonado do progresso moderno.

Os colonos de Virgínia construíram, às próprias custas, uma casa para funcionar como escola. Mas a escola não funciona há três anos e a casa lhes foi tomada pelas autoridades locais, que querem instalar os soldados da polícia para vigiarem os colonos, que são pessoas pacíficas, mas são culpados por serem numerosos e viverem em território contestado pelos municípios de Rio Novo e Piúma. Aquela ameaça traz presságios de negativos eventos e é a primeira consequência daquela declaração agressiva ao governo que o comerciante G. obrigou os colonos a assinar. O abuso da ocupação do edifício foi causa de reclamação junto ao Consulado em Vitória.

Uma irmã de Zanollo, afiliada à Ordem de São Vicente de Paula, que tem o título de enfermeira, vai a cavalo por aqueles campos e roças para levar socorro médico, que com sua experiência aliada a

sua caridade pode dispensar sem nenhum interesse. Encontrei-a nas minhas excursões. Ela estava procurando um aparelho elétrico para fazer aplicações em um colono, o que demonstra que esta enfermeira tem bastante instrução.

A falta de escola e de médico é muito sentida por todos os colonos do Estado do Espírito Santo.

22 DE FEVEREIRO. De Virgínia, aproveitando a bela luz da lua, partimos às 3:30 da manhã para Cachoeiro de Itapemirim. O nosso guia é um jovem da região do Vêneto, que é colono, um “Yankee” sul-americano. E assim os 33 Km de viagem não se tornaram tão pesados. Já é dia, estamos atravessando uma ampla e soberba floresta, uma das mais belas que eu já encontrei nas minhas peregrinações pelo Brasil. A cada passo, deparamos com árvores gigantescas, com troncos nus que se erguem retos como mastros de navio, impulsionando seus galhos para cima no meio da entrelaçada e exuberante vegetação. Um naturalista teria se deliciado nesta floresta, que é chamada da Gruta, com certeza, porque o sol não pode penetrá-la com seus raios.

Cachoeiro espelha-se no rio Itapemirim, que é navegável por pequenas embarcações que fazem o transporte do café até a barra, onde os navios a vapor da navegação costeira o carregam para Vitória e para o Rio de Janeiro. Uma bela ponte de ferro e uma moldura de montanhas extraordinárias tornam Cachoeiro uma cidade amena, de temperatura verdadeiramente tropical. Em Cachoeiro temos um correspondente consular, o senhor Angelo M. Mignone, alfaiate e é uma boa pessoa e bem vista pelos nativos, pelo seu

comportamento moderado que não deixa de ser patriótico. O meu conterrâneo, Attilio Paci, oferece-me hospitalidade. Ele mantém o monopólio do café por conta de uma casa comercial em Vitória e no Rio. Tem um temperamento tão ardente quanto é calmo o do Sr. Mignone. E põe as mãos na cabeça pelo desespero, toda vez que um telegrama anuncia uma baixa do produto.

Os nossos colonos, que nesta região são meeiros dos grandes fazendeiros de café, conforme sou logo informado pelo Mignone, não se lamentam dos seus patrões. Não podemos dizer que estes os maltratem ou os explorem.

“É de suma importância para os fazendeiros cativá-los”, observa um padre italiano de Cachoeiro.

Mas, o baixo preço do café, agravado pelo alto preço do transporte, reduzem ao mínimo o lucro do colono, que é obrigado a comprar fiado e é explorado pelo comerciante, por não ter garantia, porque o colono não tem terra de sua propriedade. Deste modo, tira do colono que paga o prejuízo causado por outro mal pagador.

Não são poucos os colonos que emprestam somas relativamente altas para os fazendeiros e comerciantes, somas que não conseguirão resgatar, talvez nunca. Quando o colono trabalha na terra de outros, e não tendo como ou onde aplicar suas economias, confia, ou melhor, confiou em um ou em outro. Emprestou o seu dinheiro (hoje muito poucos conseguem capitalizar) e perdeu tudo. A falta de um banco coloca em perigo as economias dos colonos, reunidas com muito sacrifício.



Fazenda do Centro, em Castelo. Acervo: Instituto Frei Manoel Simon.



Fazenda Macuco, de Almerinda Santos, em Castelo, 1911. BR ESAPÉES JM. 6.12.

VI. DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ATÉ O ALTO CASTELO

25 DE FEVEREIRO. De Cachoeiro parte uma linha ferroviária, que no lugar denominado Matosinhos, a 16 Km da extensão inicial, faz uma bifurcação em direção a Alegre, que fica a 34 Km de Cachoeiro, e a Castelo, que fica a 21 Km de distância, respectivamente. Tanto uma como outra daquelas regiões são ocupadas por fazendas de café. Por força das exigências da minha missão, em limitar as minhas visitas por uma das duas seções, escolhi a mais importante, a de Castelo, nome dado devido ao afluente esquerdo do Itapemirim, que ao mesmo tempo se encontra com a região do ex-núcleo Castello, onde fica a seção de Urânia, da qual já falei anteriormente.

Da vila de Castelo, guiado por um rapazinho brasileiro, esperto e inteligente, filho do farmacêutico e curandeiro do lugar, fui entrando a cavalo por aquela importante seção. Perdemos o caminho embaixo de uma chuva torrencial. Passamos em frente a fazenda do C.¹², que foi muito importante em outros tempos, mas que mantém até agora a primazia sobre todas as fazendas do Estado do Espírito Santo. Ao lado desta encontra-se a fazenda M¹³, de propriedade de B. de R. onde fiz meu centro de estudo.

A fazenda M. possui 17 famílias de meeiros, todos vênets, que perfazem um total de 93 pessoas, de ambos os sexos. O fazendeiro B.

12 N. E. Fazenda do Centro.

13 N. E. Fazenda Macuco.

foi muito cordial comigo, mas não viu com bons olhos o meu trabalho de pesquisa. Falando longamente comigo a respeito dos colonos, me disse: “que são muito astutos e que sabem muito bem se imporem, sabedores da falta de mão de obra que sofre a lavoura e que muitos, para juntar dinheiro, fazem sofrer o estômago”, mas que os preza como trabalhadores que são. Ele tem umas idéias erradas, acha que o governo italiano deve pagar a passagem para os imigrantes que querem vir ao Brasil. E eu tive que gastar minhas palavras para demonstrar-lhe que este era um erro grave, certamente porque partia de um princípio errado.

A meu pedido, chamou os colonos e devo dizer que: “ele quis me fazer acreditar” que eles se negavam a comparecer. Mas, pelo contrário, após dez minutos, vieram todos. E se tivesse havido alguma recusa em comparecer, teria sido necessária mais uma hora de tempo para eles se reunirem e comparecerem na fazenda. Conversei com eles durante um longo tempo, falando em italiano. O fazendeiro disse que tanto fazia se tivesse falado em português, porque ele entende muito bem o italiano, e eu com boa educação o respondi: “o senhor não disse que eles são desconfiados? pois eu a teria aumentado se não lhes tivesse dado a certeza que estavam falando com um seu patrício”.

A atmosfera da fazenda tornava os colonos muito fechados. Cheguei a entender que eles têm algum dinheiro economizado. Não quiseram explicar mais nada. Mas o resto eu soube nas fazendas vizinhas.

26 DE FEVEREIRO. Da fazenda de M. parto para Monte Alverne, que fica a 6 Km dali, onde estão estabelecidos, como pequenos proprietários, vários italianos. Quem me acompanha é o professor da família do fazendeiro que me hospedou.

Monte Alverne era uma fazenda de propriedade de Maurício Vieira da Cunha. Quando o proprietário morreu, a viúva dividiu-a, reservando para si alguns alqueires de mata. E a parte cultivada, ce-deu-a em lotes aos colonos italianos: Gioacchino Andreon, Giuseppe Ambrosin e irmãos, Napoleone Bisolli, Giovanni Perin, Giuseppe Fegiollo¹⁴ e Domenico Casagrande. Cada um deles adquiriu uma quantidade que achou que pudesse cultivar e pagar. Os lotes maiores foram: aquele do Andreon, que foi avaliado em 42 contos de réis; o do Casagrande, que valia 28 e o do Ambrosin, que adquiriu por 25 contos de réis. Os outros lotes valiam: 14 contos de réis, 12,400 mil réis e 11 contos de réis. O montante dos seis lotes era de 132,400 mil réis, que os colonos tiveram 10 anos para pagar, juntamente com os juros calculados em 10 % ao ano.

Quatro anos mais tarde, enquanto ia amortizando sua dívida, o corajoso Andreon comprou a casa da fazenda com o engenho, o moinho e 40 alqueires de terra, pagando por isso 45 contos de réis.

Aqueles colonos trabalharam no seu próprio lote com a ajuda de outros meeiros italianos. Com estes últimos, pude conversar devido a uma circunstância que me levou ao conhecimento de um belo ato de caridade que haviam feito naquele mesmo dia. Enquanto eu

14 N. E. Trata-se, provavelmente, de Giuseppe Fasolo.

estava conversando na venda, eles voltavam todos em grupo, num total de 26. Estavam todos alegres, pois haviam trabalhado durante meio dia, de graça, para o amigo Antonio Sgaria, de Verona, que havia ficado atrasado no meio do trabalho, não sei por qual motivo de força maior.

A situação daqueles meeiros não é tão próspera, mas vivem tranquilos e não se lamentam da sua sorte, porque nos tempos atuais está desfavorável para todos. Reconhecem que os donos dos lotes estão passando por uma crise, sem muita esperança de poder superá-la. De fato, nem todos os pequenos proprietários puderam, com pontualidade, pagar as anuidades e os juros. Entende-se. A aquisição dos lotes foi feita nos tempos do café caro, quando os cafezais valiam muito mais. Com o preço de hoje, e com uma boa parte do lote cultivado pelo meeiro, como é que se pode viver, amortizando a dívida e ainda pagar 10% de juros?

Sem dúvida, hoje o cultivo do café não deixa muita margem de lucro. A desvalorização do produto prejudicou o negócio do colono, tornando-o excelente para os que cederam suas terras nesses acordos, cujo valor era o dobro do que vale atualmente a fazenda, e se ainda não tivesse sido dividida, receberia 10% ao ano; que é como se pode dizer, extrair um lucro líquido mínimo de 20% sobre o atual valor da propriedade. Tudo isto sem arriscar nada, porque a propriedade lhe garante esse crédito. Os colonos, também ajudados pela condescendência dos credores, resistem, esperando dias melhores.

De todos aqueles pequenos proprietários, a família Andreon forma o caso mais interessante. Eles imigraram em 1889 para Minas Gerais e foram pequenos proprietários no núcleo de São João del Rei,

do qual já falei em outra ocasião¹⁵. Era uma bela família, composta de 8 pessoas, e sentiam que deveriam procurar uma situação melhor daquela que lhes era reservada naquele modesto núcleo mineiro. O Estado do Espírito Santo precisava muito de braços, por causa da abolição da escravatura, e oferecia desde aquele tempo colher café à meia; e ser meeiro no tempo do café caro, para uma família de camponeses, significava ganhar um bom dinheiro em poucos anos.

Tanto foi verdade que em somente seis anos e meio a família Andreon, que não tinha bocas inúteis, ou seja, onde todos trabalhavam, puderam economizar 10 contos de réis. Aquele dinheiro permitiu-a concluir um bom negócio, que a conduziu ao verdadeiro bem-estar. Este é um dos belos exemplos de família de colonos, que desfruta de uma propriedade que vale mais de 83 contos de réis, onde há uma casa muito bonita, uma venda, uma máquina de pillar café, um moinho e muitos alqueires de cafezal. Mesmo assim os Andreon continuam o dia todo com a enxada na mão, como nos tempos que comiam polenta. Podem ser chamados de verdadeiros proprietários. Tanto é verdade que, tendo eu chegado inesperadamente e estando na hora da minha refeição, foi-me servido uma excelente canja de galinha com arroz, que é uma sopa e almoço ao mesmo tempo, privilégio que não cabe ao pobre viajante do Brasil.

O velho Andreon, que tem a família toda bem assentada, fazia na minha presença uma crítica mordaz ao governo do Estado, pela falta de estradas que encarece os transportes e empobrece a população. E disse ainda muitas outras coisas.

15 N. E. O autor reporta-se ao relatório sobre sua visita ao Estado de Minas Gerais.

Estava ali presente um mulato, que era meeiro, mas que parecia não fazer caso da conversa. O mulato, que estava com vontade de brincar, dizia-me: “os italianos quando chegam aqui têm a pele fresca e corada, mas alguns anos depois, são desta cor”. Enquanto dizia isto, segurava com dois dedos o jornal que estava sobre o balcão da venda. E acrescentava: “assim, eu queria muito casar-me com uma italiana, não tenho coragem de fazê-lo, porque quem me garante que ela não ficará assim daqui a alguns anos?”.

O mulato brincava, mas mesmo rindo estava dizendo uma séria verdade.

Uma ex-escrava que estava na venda e que hoje também é uma pequena proprietária em Monte Alverne, porque quando houve a abolição o fazendeiro presenteou a cada família de libertos um lote de 5 alqueires de terra, falou, apoiando o parecer de Andreon:

“Melhor estava eu no tempo do cativo. Naquele tempo eu comia e me vestia bem e o patrão tinha muito cuidado com a minha saúde, porque eu valia dinheiro. Hoje, somos proprietários. Mas a que serve se o café não vale nada?”.

Como em Monte Alverne, encontram-se pelo caminho que vai para o Alto Castelo outros pequenos proprietários italianos que se estabeleceram por conta própria, em condições iguais e que estão bem.

Na localidade chamada Pindobas, Bortolo Mascarello, originário de Verona, colhe mais de mil arrobas de café de sua propriedade. E tenho comigo o nome de outros 16 proprietários abastados.

Mas, sem ir muito longe, ali perto de Monte Alverne, tem um caso ainda mais interessante. É o do pequeno proprietário Caretta, da província de Vicenza, que já foi meeiro na fazenda do Centro,



O casal de imigrantes Alessandro Andreon e Catterina Casagrande com os filhos. Fazenda Matozinho, Monte Alverne, Castelo. Ângulo oposto à foto da capa. Década de 1910. Acervo: Beto Andreão Quaggiotto.

que já citei anteriormente, e que já foi a maior do Estado. Posteriormente, por 11 anos, foi meeiro na vizinha fazenda L.¹⁶ que eu visitei no mesmo dia. Caretta pagou pelo lote, 25 contos de réis, à vista, porque com o contrato de parceria havia feito ótimos negócios. Ele tem 5 meeiros: 3 italianos e 2 brasileiros. Da sua parte, ele colhe 1.000 arrobas. Ele aguenta mais porque não paga nem anuidades, nem juros, mas não está satisfeito em ver o resultado do seu trabalho sendo destruído pelos altos custos dos transportes. Seria bem feliz em vender a sua propriedade e retornar à Itália, porque nem ele, nem sua família, com exceção da nora, gozam de boa saúde.

16 N. E. Fazenda Limoeiro. Trata-se do imigrante Antonio Caretta, de Vicenza, que chegou ao Espírito Santo em 1888, no vapor Ádria, com a esposa Teresa Pertile e os filhos: Luigi, Gioconda Maria, Carlo Antonio e o pai Giovanni.

A respeito do assunto da saúde, iniciou-se entre os colonos e meeiros do Caretta uma interessante discussão. Cassaro, um belo tipo de homem, mas opilado, que fala muito bem, dizia:

“Culpamos a água pela nossa doença. Porém, quando estava na fazenda do Centro, onde a água era ruim, eu gozava de boa saúde. Aqui que a água é boa adoeci de opilação”.

Pellizzaro, um outro meeiro, rebatia:

“Sim, mas hoje você não se alimenta como seu estômago gostaria”.

“Na Itália comia ainda pior, dizia Cassaro. Lá um quilo de toucinho durava o triplo do tempo que dura aqui”.

“Mas, você não tem tantas variedades como tinham na Itália, o leite, os ovos, o óleo, a manteiga e o pão, que tornavam o alimento mais saboroso e mais apropriado ao estômago”.

A opilação era evidentemente já incipiente no Cassaro, desde quando ele estava na fazenda de Centro, e progrediu por causa da alimentação escassa, que os maus negócios de hoje impõem ao colono.

Essas colônias de pequenos proprietários, posso dizê-lo logo, são as que vi de melhor nesta região de fazendas. Quem hoje dividisse a fazenda em lotes, conforme o plano exposto por mim no rodapé do relatório que precede os prospectos, faria um assentamento de colono ainda melhor deste que estamos vendo, porque o preço atual, seja do cafezal ou da parte da mata virgem, é uma quarta parte ou menos ainda daquele praticados nos anos de 1890-95.

Vou acrescentar ainda que foi aqui em Monte Alverne que tive a primeira ideia relativa àquele plano colonizador. E que nas colônias livres de Mathias Barbosa, em Juiz de Fora e no núcleo de S. João

Nepomuceno, pois, que aquela ideia tomou forma e me revelou também como um ótimo negócio para o capitalista. Um seguro e próspero assentamento para pelo menos a metade da nossa imigração no Brasil. Uma obra de verdadeira colonização para a nação.

De Monte Alverne, desci até a fazenda Povoação, que já foi muito mais importante que é hoje. Nela estão empregadas 9 famílias de meeiros italianos.

É fato, não legítimo, que o proprietário nada deve aos seus agregados. É necessário que se acrescente mais uma vez que o preço do café, reduzido pelas pesadas despesas do transporte, torna a vida daqueles colonos meeiros muito difícil. Qualquer dificuldade pode ser suportada por algum tempo, mas a dificuldade prolongada de hoje torna-se fatal porque há muito tempo a opilação se encarrega de cumprir sua obra destrutiva. Daqui a alguns anos, quem visitar aquela localidade não encontrará nem a metade daqueles colonos. Terão eles escapado do seu triste destino? Terão voltado para a Itália? Somente poucos terão podido fazê-lo: suas famílias são numerosas por demais. Eles, coitados, estarão mortos!

A vizinha fazenda Limoeiro, dos herdeiros de L. M., possui cafezais melhores. Foi em outros tempos, quando o café permitia que se fizesse um tratamento caro e cuidadoso da terra, que se deu a sorte de muitos dos seus meeiros italianos. Encontrei por lá alguns que haviam se salvado a tempo, com duras economias. Das 15 famílias, que até agora estão ali empregadas, algumas estão em situação abastada.

D. F de Verona e De F., de Treviso, falaram comigo, de coração aberto. O primeiro tem créditos de cerca de 30 contos de réis. Des-

tes créditos, 6 foram tragados pelo falido F. Macs e Guardia; os outros estão garantidos em terras que hoje valem a metade da hipoteca que pesa sobre eles.

De S., um belo tipo de ex-granadeiro barbudo, que não só ama, mas idolatra a sua pátria, confessou-me o seu passado, entre um cálice e outro de vinho Oporto, que lhe ofereci, ou melhor, que ele me ofereceu e que eu paguei.

“Se tivesse tido juízo no tempo do café caro, hoje seria um ricaço, dizia. Mas éramos em 4 ou 5 ociosos: eu, antes de todos, depois Demétrio, G. do B., F. G e R. S., todos do Vêneto.

Tínhamos coragem de jogar aqui embaixo do alpendre, ao lado da venda, que serve de abrigo para os cavalos de sela, no sábado à noite e ali ficávamos até o sol da segunda-feira. Não se jogava a dinheiro, né! Mas esvaziávamos dúzias de garrafas do melhor vinho Oporto que havia na praça. Hoje tudo mudou, não podemos gastar um níquel que não seja para uma causa justa, senão, ai de nós! Mas, diz-me em voz baixa, todos, todos ainda não os gastei.

“Porque o Sr. não compra um lote e assim poderá trabalhar no que é seu? lhe perguntei. Hoje poderias comprá-lo a bom preço”.

“Não, não, eu quero retornar à Itália. Espero encontrar o senhor lá, daqui a pouco tempo”.

-“E os outros como estão?”

“Os mais pobres da fazenda são os recém chegados. Tem uns que passam até fome, o senhor sabe? O Luigi Lobo, por exemplo, tem 8 filhos e pouca saúde, e Vittorio Graziano, que tem muitas crianças pequenas e colhe somente 80 arrobas. Mas se o senhor for em outro

lugar, encontrará outros que estão em pior situação que aqui.”

Aproveitei a ocasião para interrogar mais a fundo o meu franco e inteligente informante.

”Vos respeitam? Pode falar. E com vossas mulheres, são prudentes?”

“Puh! Sim, sim. Mas é necessário estarmos atentos porque, falando em voz baixa, ... o senhor deve saber, os brasileiros são um pouco malandros”.

O meu informante não faz distinção de cor. Para ele quem é nascido no Brasil, mesmo sendo negro, é brasileiro.

“Lá pelos lados da fazenda S. Helena, não faz muito tempo, um negro estuprou uma menina italiana. Um mulato o pegou em flagrante e o matou sem piedade”. Em seguida acrescentou:

“Também na vizinha fazenda M. tem colonos que tem dinheiro ou pelo menos deverão recebê-lo”.

“O senhor acredita que seja o mesmo?”

“Exatamente o mesmo não”.

Da fazenda L. voltei, naquela noite, para a fazenda M.

27 DE FEVEREIRO. No outro dia de manhã, antes de deixar a fazenda de M., chegou até mim o velho colono Luigi Avanzi, mostrando-me um recibo de 2.050 mil réis, de um depósito que ele havia feito, em janeiro de 1899, nas mãos de um tal J. G. de S., em São João de Muqui, depósito que deveria ser-lhe restituído no mês de agosto do mesmo ano, juntamente com os juros. Não recebeu, nunca mais, nem um tostão.

O fazendeiro, que estava presente, inquietou-se com o velho Avanzi, porque ele me havia falado a respeito do dinheiro. O fazendeiro havia-lhe proibido de fazê-lo.

“Da minha parte, disse o fazendeiro dirigindo-se ao colono, não farei mais o que te havia prometido, procurar que seja pago pelo menos um conto de réis”.

Mas o velho fazendeiro, que é rude mas não é mau, prometeu, a meu pedido, que fará o possível para resolver tal situação.

Em seguida, iniciei minha viagem de volta em direção à estação de Castelo, junto com a família dos herdeiros de D. L. M., uma coleção completa de viúvas de todas as idades. Na estação de Castelo, o Sr. G., comerciante, quis tampar o sol com a peneira. Mas, um colono italiano da fazenda M., que havia escutado toda a conversa, e que pela minha expressão havia entendido que eu não havia aceitado o argumento do comerciante, chamou-me de um lado, logo que pode, e disse-me:

“Aqueles que nada tem, passam fome, e quem tem alguma coisa está para receber; esta é a situação dos italianos aqui. Ou padecem com a fome ou são credores dos fazendeiros”.

E perguntou-me ansioso pelo preço do café.

“4.500 em Cachoeiro” disse-lhe.

E o bom homem, balançando a cabeça, suspirou. Lembrei-me do meu anfitrião e compatriota de Cachoeiro, ele também suspira por causa dos 4.500. E aí subi no degrau do trem que partia.

28 DE FEVEREIRO. Com o Paci, que possui dois animais soberbamente velozes, dirijo-me à fazenda M. L., de dona E. R de S¹⁷, propriedade não muito distante de Cachoeiro e de grande reputação. Com o sobrinho desta senhora, embaixo de um sol escaldante, percorro a fazenda que, como produtora de café, é magnífica. Um pequeno passeio de 6 Km no interior da propriedade, na qual é proibido entrar sem a permissão da fazendeira. Os colonos são bem tratados, aliás, carinhosamente tratados pela proprietária, que é uma simpática matrona. Eles precisam, aqueles coitados! São muitos os opilados na fazenda e alguns muito graves. A proprietária distribui os remédios para os colonos.

Giordano Stevenato, de Veneza, veio da Itália com a família e o pai, Vittorio, em 1889. Empregaram-se logo na fazenda, onde se encontram até hoje. Não muito tempo depois, Giordano, que estava na idade certa, voltou para a Itália para servir o Exército, casou-se e voltou à fazenda em 1892. Agora tem quatro filhos pequenos. No último ano colheu 172 arrobas, mas nos anos anteriores, por causa da seca, perdeu tudo.

“Porém, temos com que viver, dizia, se tivermos saúde”.

Mas, muitos daqueles colonos colhem muito pouca quantidade de café, conforme pude ver num livro de contas que me foi fornecido na fazenda. Rocco Fardin, de Veneza, por exemplo, que emigrou em 1888 e trabalha na fazenda M.L. desde 1891, colheu no último ano 74 arrobas. Ele é um dos mais bem considerados pela proprietária,

17 N. E. Fazenda Monte Líbano, da família Monteiro de Souza. E.R. de S refere-se à proprietária Henriqueta Rios de Souza, matriarca da família.

tanto é que ela o chamou para que eu pudesse falar com ele. Desta maneira, pude fazê-lo livremente e sem testemunhas. O coitado tem 6 filhos. Como ele pôde viver com tão pouca coisa eu não sei dizer! A saúde dele não é boa, ele me disse, e eu percebi olhando-o.

Soube que os Naletto, Federico e Piero, mesmo sendo os que chegaram na últimas imigrações (1895) são aqueles que estão em melhor situação na fazenda, porque haviam trazido consigo da Itália um pouco de dinheiro e puderam enfrentar as despesas do primeiro ano, sem fazer dívidas.

Também Antonio Maittan, que tem muitos braços úteis para trabalhar, está se saindo bem.

Antonio Marziglio, que tem 5 filhos, e Vittorio Lugato são verdadeiramente miseráveis por causa, especialmente, de doenças.

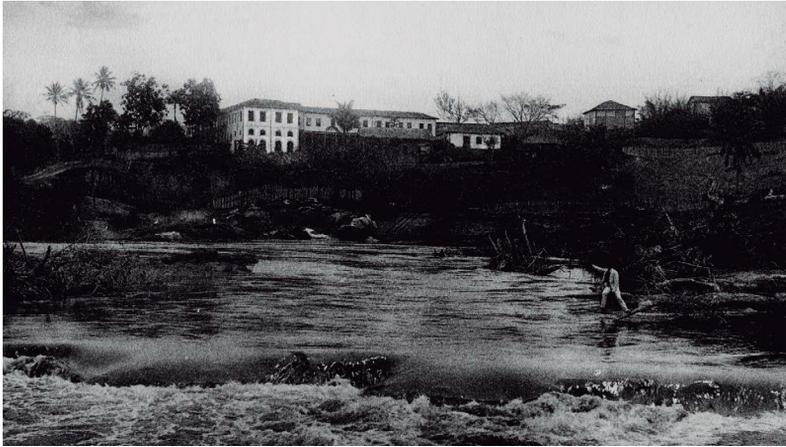
O colono Rocco reclamou também dos altos preços que os comerciantes cobram dos alimentos, quando os colonos são obrigados a comprar fiado.

“É o fiado que acaba por nos arruinar” dizia.

Na fazenda M.L. três colonos italianos: Agostino e Sebastiano Scandabullo¹⁸, de Veneza, e Angelo Mattiello, de Treviso, adquiriram os primeiros 5 alqueires de terra por 2 contos de réis e os outros 10 alqueires de terra por 2.500 mil réis, mas ainda não possuem a escritura da propriedade porque nada pagaram até agora.

SÃO VÁRIAS AS regiões do Estado do Espírito Santo que empregam a mão de obra italiana, como meeiros. Mas, descrevendo como fiz,

¹⁸ N. E. Agostino e Sebastiano Scantamburlo e Angelo Mattiello, conforme base de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo- APEES.



Fazenda Monte Líbano, da família De Souza Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim, 1910.
BR ESAPEES JM.14.1.117.

nas grandes áreas, a condição econômica do nosso colono na região de Castelo e como também em outras regiões do Estado, os três fatores mais importantes são: o clima tórrido, dificuldade de comunicação e desvalorização do café, se tornavam ociosos para o objetivo da minha missão e de pesquisas mais aprofundadas.

Castelo, pelo clima e acessibilidade, é por certo a preferida entre as outras regiões. Mudando de região, a situação do nosso colono poderá portanto piorar, melhorar nunca.

Da região de Alegre, que já falei, pode-se falar também no nome do fazendeiro P., pouco humano com os colonos. Esta informação chegou-me de várias pessoas, também por parte de brasileiros, mas já era muito tarde para que eu pudesse ir até lá.

O vapor Muqui era esperado na Barra do Itapemirim e o dever me chamava em Minas Gerais. Desci pelo rio na canoa do senhor Hegner, que foi um agradável companheiro. Às 2:30, após a meia-noite de 1º

de março, pusemos os pés em terra, no território da vasta fazenda das Paineiras que cultivava cana-de-açúcar e fabrica álcool.

No outro dia, continuei a viagem pela foz, onde embarquei imediatamente para Vitória.

OS QUADROS ESTATÍSTICOS que seguem, série C, foram por mim organizados com os dados registrados nos laboriosos prospectos nominativos que, sempre que pude, tive o cuidado de recolher durante as minhas excursões nas seções das colônias espírito-santenses.

Do núcleo do Timbuhy, não pude obter os dados minuciosos, que obtive em algumas seções do ex-núcleo Castello e do ex-núcleo Rio Novo por causa, especialmente, das enormes distâncias que separam as seções, que estão esparsas pelo vasto município de Santa Teresa.

QUADRO 1. CONSTA no registro dos nomes das seções o total de famílias, os componentes das famílias e dos filhos que a formam. Quanto ao número de trabalhadores de cada família, não obtive informações e tive que desistir dos dados correspondentes.

Quadro 2. agrupamento das famílias de acordo com a época que imigraram, a quantidade de famílias e regiões da Itália de onde elas saíram.

Os períodos que vão de 1870-79 e 1880-89, são muito mais numerosos que os do década de 1890-99¹⁹, que especialmente na sua primeira metade (1890-94), forneceu colonos para o vale do rio Doce, às fazen-

19 N. E. Os números de entrada de imigrantes italianos nos períodos citados são, praticamente, equivalentes, conforme dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo, APEES.

das e às seções pobres do ex-núcleo Castello, Urânia e Victor Hugo; não encontrei o assentamento digno de uma colonização séria.

O Vêneto forneceu mais de dois terços dos colonos por mim registrados no Quadro 1.

Quadro 3. demonstra o total de famílias de acordo com o número de filhos.

Este número, nas seções mais prósperas, é considerável e demonstra como o fenômeno demográfico da fecundidade está ligado àquele econômico, do bem-estar da população.

Deve-se notar, como exemplo, que as boas seções de: Matilde, Cedro, Carolina e Itambacury, do ex-núcleo Castello, as 113 famílias possuem 554 filhos. A média é de 4,7 filhos por família; e decresce a 4,1 para todas as seções no bloco complementar do Quadro 1, por causa da menor fecundidade das seções menos prósperas, tais como: Alta Maravilha (3,1 filhos por família) Guiomar (3,2), Rodeio (3,75), Deserto (3,8) etc.

A seção de Rio Maravilha está dividida em duas: a Alta (em direção a nascente) e a Baixa (em direção da confluência) é a demonstração mais eloqüente que prova a ligação que existe entre a fecundidade e o bem-estar econômico.

Alta Maravilha é uma seção muito pobre. A média de filhos por família é de 3,1. Baixa Maravilha, pelo contrário, é a mais próspera (mesmo sofrendo as consequências da crise do café). O coeficiente é de 6 filhos por família.

As fazendas do Espírito Santo que eu visitei não me oferecem material digno de ser posto nos quadros estatísticos, como aqueles das séries A, B, e C.

Quadro 1

Dados estatísticos da composição das famílias italianas, pequenas proprietárias, de algumas seções dos ex-núcleos de Castello e de Rio Novo - Espírito Santo.

Nº de ordem das seções	Seções dos ex-núcleos e respectivos municípios	Famílias	Componentes	Filhos	
Município de Alfredo Chaves					
<i>Ex-núcleo CASTELLO.</i>					
1	Matilde	37	24	163	
2	Carolina — {	Carolina.....	39	26	185
3		Itacuruby.....	14	85	58
4		Cedro.....	23	17	128
5		Iracema.....	10	57	36
6	Maravilha — {	Alta Maravilha	19	90	59
7		Baixa Maravilha.....	23	18	138
8		Deserto.....	22	13	83
<i>Ex-núcleo Rio Novo.</i>					
9	Nova Mântova.....	25	16	103	
10	Nova Estrela.....	18	99	62	
11	S. João de Alfredo Chaves — {	S. João e S. Gabriel	172	1.07	734
		Quarto Território	11	62	43
		Rio Engano	14	93	61
		S. Maria e Cachoerinha	36	23	162
12	Cinquenta e Nove (Guiomar).....	77	39	244	
Município de Rio Novo					
13	Rodeio e Palmeira.....	51	29	190	
14	Monte Belo — {	Monte Alegre	39	22	144
		Retiro	7	36	22
Município de Piúma					
15	Virgínia com Inhauma e Mundo Novo	73	41	273	
	Totais.....	710	4.323	2.888	

Quadro 2

Dados estatísticos sobre os períodos (décadas) de emigração e de onde partiram as famílias italianas, pequenas proprietárias, de algumas seções dos ex-núcleos de Castello e de Rio Novo - Espírito Santo.

Número de ordem das seções	Número de famílias	Período em que emigraram				Regiões de origem					
		1870-79	1880-89	1890-99	Ignorado	Veneto	Lombardia	Piemonte	Emília	Campania	Várias
1	37	..	29	8	..	35	1	1
2	39	25	6	8	..	39
3	14	8	3	3	..	13	1
4	23	11	6	6	..	20	1	..	2
5	10	10	10
6	19	..	7	12	..	9	9	1
7	23	..	20	3	..	16	7
8	22	..	8	14	..	22
9	25	19	3	1	2	3	21	1
10	18	15	3	5	13
11	233	Ignorados				167	50	5	6	4	1
12	77	10	60	4	3	67	5	..	4	..	1
13	51	25	13	6	7	46	4	1
14	46	Ignorados				38	6	..	2
15	73	50	13	10	..	60	13
Totais	431	173	171	75	12	345	75	..	6	..	5
	710	550	131	5	14	4	6

Quadro 3

Estadística dos braços úteis das famílias italianas, pequenas proprietárias, de algumas seções dos ex-núcleos de Castello e de Rio Novo - Espírito Santo.

Número de ordem das seções	Total de famílias	Sem filhos	Com 1 filho	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7	Com 8	Com 9	Com 10	Com 11	Com 12	Com mais de 12 filhos
1	37	1	3	7	5	7	2	3	2	5	1	„	„	1	„
2	39	1	5	5	7	2	4	5	2	3	2	„	1	2	„
3	14	„	2	2	1	2	5	„	1	„	1	„	„	„	„
4	23	„	3	3	1	3	3	„	4	1	2	„	2	„	1
5	10	1	1	2	2	1	1	1	„	„	„	1	„	„	„
6	19	3	4	„	5	2	1	2	1	1	„	„	„	„	„
7	23	„	1	„	4	4	4	1	„	3	4	„	1	1	„
8	22	2	2	2	4	5	2	2	1	2	„	„	„	„	„
9	25	4	1	4	1	3	4	1	4	2	1	„	„	„	„
10	18	2	1	6	3	2	„	1	1	1	„	„	1	„	„
11	233	11	25	32	28	39	28	22	20	12	5	7	2	1	1
12	77	13	12	3	13	13	11	6	4	2	„	„	„	„	„
13	51	7	1	8	13	2	6	5	6	3	„	„	„	„	„
14	46	4	9	6	7	5	3	6	2	2	„	1	„	„	1
15	73	5	7	11	17	9	10	3	6	2	1	1	„	1	„
Totais	710	54	77	91	111	99	84	58	54	39	17	10	7	6	3

Roma, 26 de Julho de 1902.

COLEÇÃO CANAÃ

- 1º **Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória: o estado do Espírito Santo e a imigração italiana** (fevereiro 1895). Carlo Nagar, 1995.
- 2º **Projeto de Um Novo Arrabalde, 1896**. Edição Fac-similar. Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, 1996.
- 3º **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585–1822)**. João Eurípedes Franklin Leal (org.), 1998.
- 4º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Nara Saletto, 1998.
- 5º **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça, 1860**. Johann Jakob von Tschudi, 2004.
- 6º **Colônias Imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras (1874–1900)**. Renzo M. Grosselli, 2008.
- 7º **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª edição. Levy Rocha, 2008.
- 8º **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª edição. José Teixeira de Oliveira, 2008.
- 9º **Os Capixabas Holandeses: uma história holandesa no Brasil**. Ton Roos e Margje Eshuis, 2008.
- 10º **Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil**. Klaus Granzow, 2009.
- 11º **Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo**. Amylton de Almeida, 2010.
- 12º **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. 2ª edição. Basílio Carvalho Daemon, 2010.
- 13º **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. 2ª edição revisada. Nara Saletto, 2011.
- 14º **Viagem ao Espírito Santo, 1888**. Princesa Teresa da Baviera. Julio Bentivoglio (org.), 2013.
- 15º **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo**. Sérgio Peres de Paula, 2013.
- 16º **Tropas & Tropeiros: o transporte a lombo de burros em Conceição do Castelo**. Armando Garbelotto, 2013.
- 17º **Nossa Vida no Brasil: imigração norte-americana no Espírito Santo (1867–1870)**. Julia Louisa Keyes, 2013.

- 18° **Viagem pelas Colônias Alemãs do Espírito Santo:** a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil. Hugo Wernicke, 2013.
- 19° **Imigrantes Espírito Santo:** base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.
- 20° **Italianos:** base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Cilmar Franceschetto (org.), Agostino Lazzaro, 2014.
- 21° **Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX.** Paul Ehrenreich (org.), Julio Bentivoglio, 2014.
- 22° **Negros no Espírito Santo.** 2ª edição. Cleber Maciel, Osvaldo Martins de Oliveira (org.), 2016.
- 23° **Raízes da Imigração Alemã:** história e cultura alemã no estado do Espírito Santo. Helmar Rölke, 2016.
- 24° **Jerônimo Monteiro:** sua vida e sua obra. 2ª edição. Maria Stella de Novaes, 2017.
- 25° **Espírito Santo Indígena:** conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vânia Maria Losada Moreira, 2017.
- 26° **Sobre Política Capixaba na Primeira República.** Nara Saletto, 2018.
- 27° **Viagens à Capitania do Espírito Santo:** 200 anos das expedições científicas de Maximiliano Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire. 2ª edição revista e ampliada. Bruno Nascimento, 2018.
- 28° **Viagem às colônias italianas do Espírito Santo:** onde estão e como vivem os camponeses italianos no Espírito Santo - 1902. Arrigo De Zettiry, 2021.

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras em suporte digital, podem ser consultados no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em formato PDF, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br

